

**PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS – PEPI**

**VERSÃO PARA CONSULTA**

**Projeto RN Sustentável II**

**Rio Grande do Norte**

Projeto de Desenvolvimento Sustentável e Governança do Rio Grande do Norte – ID P502493

Natal, junho de 2024

## APRESENTAÇÃO

As Normas Ambientais e Sociais do Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial estabelecem os requisitos a serem cumpridos pelos Mutuários no que diz respeito à identificação e avaliação de riscos e impactos socioambientais associados com os projetos que o Banco apoia por meio do Financiamento de Projetos de Investimento.

O Banco considera que a aplicação destas normas, voltadas para a identificação e gestão de impactos e riscos ambientais e sociais, ajudará os Mutuários na conquista do seu objetivo de reduzir a pobreza e impulsionar a prosperidade de maneira sustentável, de forma a beneficiar o meio ambiente e os seus cidadãos.

A Norma Ambiental e Social nº 10 - NAS 10 (Envolvimento das Partes Interessadas e Divulgação de Informações) reconhece a importância de um processo de envolvimento contínuo, aberto e transparente das partes interessadas como componente fundamental para a tomada de decisões iniciais do Projeto, da avaliação, gestão e monitorização dos seus riscos e impactos socioambientais. O envolvimento eficaz das partes interessadas pode aprimorar a sustentabilidade ambiental e social, favorecer a aceitação das partes interessadas e contribuir significativamente para o desenvolvimento bem-sucedido de um Projeto e sua implementação.

O envolvimento das partes interessadas é um processo inclusivo, conduzido durante todo o ciclo de vida do Projeto. Quando adequadamente delineado e implementado, apoia o desenvolvimento de relacionamentos fortes, construtivos e responsivos, importantes para o gerenciamento bem-sucedido dos riscos e impactos ambientais e sociais de um Projeto. Promove o fortalecimento dos laços com a sociedade civil, grupos vulneráveis ou desfavorecidos, comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas a partir de todo conhecimento, da experiência e das capacidades dos indivíduos e grupos possivelmente impactados e, desta forma, interessados.

A NAS 10 aplica-se a todos os investimentos financeiros apoiados pelo Banco, e considera os seguintes objetivos:

- Estabelecer uma estratégia sistemática de envolvimento das partes interessadas, que ajudará o Mutuário a identificar as partes interessadas e, em particular, as pessoas afetadas pelo Projeto, e a construir e manter um relacionamento construtivo com elas;
- Avaliar o nível de interesse e apoio das partes interessadas no Projeto e permitir que as suas opiniões sejam consideradas na concepção do Projeto e desempenho ambiental e social;

- Promover e proporcionar meios para um envolvimento eficaz e inclusivo com as pessoas afetadas pelo Projeto durante todo o ciclo de vida do Projeto sobre questões que possam potencialmente afetá-las ou beneficiá-las;
- Garantir que as informações apropriadas sobre os riscos e impactos socioambientais do Projeto sejam divulgadas às partes interessadas de maneira e formato, acessível, compreensível e adequado; e
- Garantir que as partes interessadas tenham meios acessíveis e inclusivos para apresentar questões e queixas, e permitir que os Mutuários respondam e administrem adequadamente.

É visando atingir estes objetivos que se apresenta neste documento, o Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI) do Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte, Segunda Fase – Projeto RN Sustentável II. O PEPI é a ferramenta utilizada para garantir que todas as partes interessadas relevantes sejam envolvidas e participem adequadamente do processo de tomada de decisão, gestão de riscos e impactos socioambientais.

O presente PEPI apresenta a identificação e análise das partes interessadas, as estratégias de envolvimento por meio da divulgação de informações e de escuta, o mecanismo de recepção e tratamento de dúvidas e queixas e aponta os papéis e responsabilidades no engajamento das partes interessadas durante toda a preparação e implementação do Projeto RN Sustentável II.

Por fim, as ações do Projeto RN Sustentável II serão levadas à Consulta Pública para coleta de contribuições das partes interessadas. As contribuições serão analisadas e integradas ao Projeto, desde que viáveis. As partes receberão respostas aos questionamentos e depois de adequadas, serão inseridas neste PEPI, o qual será finalizado, aprovado e publicado, para subsequente implementação.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>2</b>
<b>SIGLAS</b>	<b>6</b>
<b>1. INTRODUÇÃO E DESCRIÇÃO DO PROJETO</b>	<b>7</b>
1.1 Componentes e Subcomponentes	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>2. PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS - PEPI</b>	<b>16</b>
2.1. Identificação e análise das partes interessadas	<b>16</b>
2.2. Conceito	16
2.3. Metodologia	17
2.4. Partes interessadas que terão áreas desapropriadas	18
2.5. Outras partes interessadas	18
2.6. Indivíduos e grupos desfavorecidos ou vulneráveis	18
<b>3. ENVOLVIMENTO NA PREPARAÇÃO DO PROJETO</b>	<b>23</b>
3.1 . Antecedentes do Envolvimento	28
3.1.2. Resultado das Consultas Públicas	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
3.1.3. Diálogos sociais com povos indígenas	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
3.1.4. Lançamento do Projeto RN Sustentável I	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
3.1.5. Divulgação dos Editais e suas Linhas de Apoio	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
3.1.6. Sensibilização nas Comunidades/Associações Tradicionais sobre o Projeto	<b>Erro!</b>
Indicador não definido.	
3.1.7. Formação e Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável e Solidário – CMDS's	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
3.2. Consulta Pública	29
3.2.1. Publicação.....	29
3.2.2. Consulta Direta.....	30
3.3. Divulgação da Consulta Pública	30

3.4. Devolutivas	30
<b>4. ENVOLVIMENTO DURANTE O PROJETO</b>	<b>30</b>
4.1. Princípios	31
4.2. Meios de Comunicação, Divulgação e Envolvimento das Partes Interessadas	31
4.3. Ações de Engajamento das Partes Interessadas	36
4.4. Atividades de Engajamento Durante a Preparação	Erro! Indicador não definido.
<b>5. RECURSOS E RESPONSABILIDADES</b>	<b>39</b>
5.1. Recursos	39
5.2. Supervisão Técnica, Ambiental e Social de Obras e Serviços	39
5.3. Custos	40
<b>6. PROCEDIMENTOS PARA O RECEBIMENTO E RESPOSTA AOS REGISTROS DE RECLAMAÇÕES, SUGESTÕES E DEMANDAS DE INFORMAÇÕES</b>	<b>42</b>
<b>7. MONITORAMENTO E DIVULGAÇÃO DO PLANO</b>	<b>45</b>
<b>8. ANEXOS:</b>	<b>47</b>

## SIGLAS

<b>AP</b>	Áreas Protegidas
<b>APP</b>	Área de Proteção Permanente
<b>AT</b>	Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>ATEG</b>	Assistência Técnica Gerencial
<b>ATER</b>	Assistência Técnica
<b>DOP</b>	Declaração Orçamentária do Portfólio
<b>EMPARN</b>	Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte
<b>IDIARN</b>	Instituto de Defesa Animal do Rio Grande do Norte
<b>IPF</b>	Financiamento de Projetos de Investimento
<b>NAS</b>	Normas Ambientais Sociais
<b>OP</b>	Organização Produtiva
<b>PBC</b>	Contratação Baseada em Desempenho
<b>PDO</b>	Objetivo de Desenvolvimento do Projeto
<b>PGSA</b>	Plano de Gestão Socioambiental do Projeto
<b>SAPE</b>	Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária, e da Pesca
<b>SEPLAN</b>	Secretaria de Estado do Planejamento, do Orçamento e Gestão
<b>SETUR</b>	Secretaria de Estado do Turismo
<b>UGP</b>	Unidade de Gerenciamento do Projeto
<b>VBG</b>	Violência Baseada no Gênero

## 1. INTRODUÇÃO E DESCRIÇÃO DO PROJETO

O Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável - Fase 2 (RN Sustentável II) é um projeto multissetorial integrado que facilitará, por meio de uma estratégia territorial, identificação das demandas de desenvolvimento local da Agricultura Familiar, com vista a propor intervenções assertivas e que venham colaborar com o fortalecimento da capacidade produtiva, da sustentabilidade e enfrentamento de emergências climáticas, envolvendo a adoção de tecnologias resistentes ao clima, a promoção de empreendimentos e comercialização com foco no acesso aos mercados pelos agricultores familiares

O Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável, em sua primeira etapa, realizou ações estruturantes voltadas a grupos sociais mais vulneráveis e em contextos territoriais cujas desigualdades sociais eram mais acentuadas. O Desenvolvimento Regional Sustentável foi fomentado em territórios com potencial de inclusão produtiva da economia local, por meio do fortalecimento das cadeias e arranjos produtivos locais em bases sustentáveis, beneficiando entre outros, a populações indígenas e quilombolas, além de fortalecer estudos, diagnósticos e planos de ações de assistência técnica, de governança, de reestruturação e modernização da gestão pública do Estado.

Nesta segunda fase, RN Sustentável II, será dada continuidade e sustentabilidade às ações que foram desenvolvidas nos territórios do RN, com foco no desenvolvimento de estratégias regionais para interligar os diferentes componentes do Projeto, em particular os investimentos em estradas com o turismo e com a produção e comercialização de produtos da agricultura familiar.

O Projeto está alinhado com os princípios de sustentabilidade ambiental e social, incluindo a garantia de participação das comunidades locais, a promoção da equidade de gênero e o respeito pelos direitos dos povos indígenas, quilombolas e outros grupos vulneráveis.**1.2.**

### 1.1. Componentes e Subcomponentes

#### ❖ **Componente 1: Acesso aos Mercados e Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável da Cadeia de Valor (57,762 milhões de dólares do BIRD).**

O objetivo do **Componente 1** é ligar os agricultores familiares aos mercados com inteligência climática e desenvolver atividades de turismo sustentáveis e inclusivas. As atividades agrícolas e turísticas serão articuladas e integradas: os produtos agroalimentares da agricultura familiar farão parte da promoção turística e, ao mesmo tempo, a promoção turística poderá contribuir para a abertura de novos mercados para os produtos da agricultura familiar. Os investimentos propostos serão orientados para apoiar <sup>1</sup>agricultores familiares estabelecidos e emergentes no abastecimento de mercados privados e institucionais.

---

<sup>1</sup>Esses Produtores já processam e agregam valor aos seus produtos agrícolas e desenvolveram ou estão em processo de desenvolvimento de suas próprias marcas (ou de comercializar seus produtos através de marcas).

As atividades do componente desenvolverão e promoverão (i) práticas sustentáveis e inclusivas no turismo aplicáveis ao Rio Grande do Norte, (ii) oportunidades para turismo de base comunitária e (iii) rotas e locais turísticos sustentáveis e inclusivos. Para contribuir para uma melhor inclusão econômica, serão financiadas três Subcomponentes no âmbito deste Componente.

**Público Alvo.** Será formado pelas organizações produtivas, cooperativas e/ou associações ligadas em rede ou por meio de alianças formais de produtores e grupos informais da agricultura familiar<sup>2</sup>, inclusive jovens, mulheres, remanescentes de quilombolas e indígenas; e trabalhadores do setor turístico. A Declaração de Aptidão do Pronaf - DAP ou o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) serão adotadas para identificar e selecionar os agricultores familiares.

**Estratégia de Atuação.** A estratégia principal da segunda etapa do Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte será atuar nos territórios da cidadania considerados prioritários, com foco nas cadeias produtivas de maior valor agregado para agricultura familiar, centrando nos arranjos informais e nos arranjos organizados, promovendo e organizando o diálogo entre as agentes locais e territoriais relevantes para o desenvolvimento regional.

Além disso, para estimular processos de desenvolvimento, o Projeto RN Sustentável se propõe também a atuar na promoção da resiliência e adaptação aos impactos das mudanças climáticas; na inclusão de jovens, mulheres e grupos menos favorecidos; incluindo remanescentes de quilombolas e indígenas; apoiando o fortalecimento da governança local/territorial.

A proposta é fortalecer os espaços de governança territorial, estimulando alianças produtivas capazes de construir condições institucionais para ampliar e/ou formar uma rede de comercialização, incluindo o turismo responsável e de base comunitária, interligando os deferentes setores, em particular os investimentos em rodovias, turismo, produção e comercialização de produtos da agricultura familiar.

**Territórios de Atuação e Abordagem.** Apesar do RN ser constituído por 10 territórios, onde de maneira geral os desafios relacionados à pobreza, à desigualdade e aos riscos climáticos são encontrados de forma heterogênea, o Projeto se propõe a focar as suas intervenções em 05 destes territórios. São eles: Alto Oeste, Sertão do Apodi, Açu-Mossoró, Seridó, e Mato Grande.

**Essa estratégia levou em consideração os seguintes aspectos:** (i) número de estabelecimentos da agricultura familiar; (ii) número de famílias assentadas no território (INCRA e Crédito Fundiário); (iii) atuação nos arranjos produtivos prioritários; (iv)

---

<sup>2</sup> Os empreendedores familiares ou agricultores familiares, tal como definidos na Lei Federal nº 11.326/06, são aqueles que: (i) detenham propriedade rural de até quatro módulos fiscais, unidade esta que varia segundo as condições do solo e os padrões de produção existentes; (ii) tenham renda familiar predominantemente originada de atividades agrícolas; (iii) utilizem predominantemente mão de obra da própria família nas atividades do estabelecimento; e (iv) dirijam seu estabelecimento com sua família. Inclui-se também na Categoria "Agricultura Familiar: (a) agricultores(as) familiares na condição de posseiros(as), arrendatários(as), parceiros(as) ou assentados(as) da Reforma Agrária; (b) indígenas e remanescentes de quilombos; (c) pescadores(as) artesanais que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorem a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em parceria com outros pescadores artesanais; (d) extrativistas que se dediquem à exploração extrativista ecologicamente sustentável; (e) silvicultores(as) que cultivam florestas nativas ou exóticas, com manejo sustentável; (f) aquícultores (as) que se dediquem ao cultivo de organismos cujo meio normal, ou mais frequente de vida seja a água. Os estabelecimentos familiares são reconhecidos legalmente por meio da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que habilita os agricultores familiares a participarem do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Essa mesma documentação servirá para confirmar a elegibilidade dos integrantes da Organização Produtora para participar do Projeto.



quantidade de cooperativas existentes no território; e (v) número de subprojetos de inclusão produtiva financiados na primeira etapa do Projeto no território. Intervenções específicas poderão ser apoiadas nos demais territórios, desde que estejam alinhados com a estratégia proposta.

◇ **Subcomponente 1.1: Inclusão Produtiva e Acesso aos Mercados (6,053 milhões de dólares do BIRD).**

Este Subcomponente apoiará atividades de “pré-investimento” (Assistência Técnica direcionada para apoiar o desenvolvimento de planos de negócios) e “subprojetos” de organizações de agricultura familiar (grandes associações ou cooperativas) com gestão profissional e atuação em mercados privados formais. Os subprojetos serão selecionados através de manifestação de interesse, com critérios claros de elegibilidade e seleção. As Organizações Produtivas (Ops) elegíveis serão orientadas através de mentoria para elaboração de um plano de negócios que, se atingir os critérios de elegibilidade do Projeto, serão financiados através de uma subvenção correspondente.

Este Subcomponente financiará: (i) serviços de assistência técnica (ATEG - ASSISTÊNCIA Técnica em Gestão e Comercialização), formação e assistência técnica para apoiar as organizações a desenvolverem os plano de negócio, atividades de treinamento; e (ii) investimentos direcionados a 20 unidades produtivas (cooperativas e associações), com repasse através de convênios, para atender cerca de 2.000 famílias, com investimentos focados na melhoria e no aumento da produção, produtividade, padronização, beneficiamento, marketing e divulgação, certificação, logística e inserção dos produtos nos mercados, inclusive comércio justo e solidário, possibilitando o aumento da participação dos agricultores familiares e o aumento da competitividade das organizações produtivas de maneira sustentável, inclusiva e com baixa emissão de carbono.

Os critérios de seleção darão prioridade à inclusão das mulheres, prestando assistência técnica sensível às questões e gênero e garantindo que todas as formações se adaptem à disponibilidade de tempo e mobilidade das mulheres rurais, bem como priorizando unidades de produção lideradas e que tenham mulheres em seus quadros de gestão, atuando na tomada de decisão.

Dará também prioridade à juventude rural; às comunidades quilombolas e indígenas; à melhoria do desempenho das OPs apoiadas na primeira fase deste Projeto financiado pelo Banco Mundial; à melhoria das medidas de gestão empresarial; à eficiência energética e/ou às medidas de transição; ao aumento do valor agregado; à divulgação de produtos – com serviços de marketing; à melhoria dos sistemas de produção com inteligência climática; e outras medidas que permitam melhorar o desempenho ambiental e de mercado das OPs.

**Público Alvo do Subcomponente 1.1.** As ações do Subcomponente beneficiarão diretamente as cooperativas que atuam no meio rural e/ou associações com grau de maturidade que já atuem nos mercados, e que tenham recebido prioritariamente recursos na primeira fase do Projeto.

Em relação à questão de gênero, a meta é que pelo menos 35% dos projetos tenham mulheres em cargos de liderança e/ou poder de decisão (gerência ou membros do conselho de administração)<sup>3</sup>. Para tanto, será estabelecida pontuação específica nos editais de manifestação de interesse para priorização de projetos coletivos liderados por mulheres. Também serão estabelecidos critérios de pontuação de fomento para que pelo menos uma ação positiva relacionada a igualdade de gênero esteja inserida da proposta.

Além das famílias dos produtores rurais que se beneficiarão diretamente das ações e investimentos do Projeto, todos os agricultores do Estado obterão benefícios indiretos com o fortalecimento de suas organizações dentro da rede de comercialização, com o maior acesso aos mercados, com a integração nas cadeias de valor, e com a incorporação de melhores práticas agrícolas e mais resilientes em seus sistemas de produção. Os projetos serão executados diretamente pelas organizações beneficiárias, sob a supervisão e acompanhamento da UES Sedraf, com apoio da Emater, e UGP.

◇ **Subcomponente 1.2: Sustentabilidade e Resiliência dos Sistemas Agrícolas Familiares (12,070 milhões de dólares).**

Este Subcomponente investirá na formação e consolidação de uma rede de OP (incluindo associações menores e menos estruturadas e grupos informais) para integrá-las às atividades do turismo e à rede de comercialização do Subcomponente 1.1. Os investimentos se concentrarão na promoção do acesso aos mercados institucionais e de proximidade e no aumento da sustentabilidade e resiliência dos sistemas de produção. O Subcomponente fornecerá financiamento às OPs para adoção de boas práticas ambientais (coexistência com clima semiárido ou aumento da resiliência, aumento da biodiversidade e conservação da água e da caatinga), transição para sistemas de produção agroecológicos e aumentos na produção primária e produtividade (melhoramento genético dos rebanhos, melhoria das práticas de alimentação do gado, sistemas de irrigação simplificados, reutilização de águas residuais). Todos os investimentos serão contratados diretamente pela UGP, que realizará as licitações e contratará os serviços/bens/obras, a partir de demandas apresentadas pela Sedraf.

◇ **Subcomponente 1.3: Turismo Responsável e Comunitário (39,688 milhões de dólares).**

Este Subcomponente apoiará o desenvolvimento do turismo sustentável e inclusivo. O Subcomponente financiará atividades do Plano de Turismo do RN, incluindo: (i) diretrizes para regiões turísticas adotarem práticas sustentáveis, resilientes e inclusivas; (ii) assistência técnica, formação e consultoria para fortalecer e desenvolver experiências turísticas de base comunitária (produtos artesanais e agroalimentares, estruturação de rotas turísticas, etc.); (iii) participação em eventos e campanhas turísticas internacionais; (iv) assistência técnica e consultoria para o desenvolvimento de novos investimentos turísticos em parceria com o

---

<sup>3</sup> Entende-se como projetos liderados por mulheres aquelas organizações produtivas (OPs) e empreendimentos individuais nos quais esta afirma seu protagonismo e sua autonomia econômica, ocupando cargos de destaque, tais como: presidência, diretoria, participação em conselho gestor ou cargos cuja natureza exerça influência sobre o processo decisório de sua organização.

setor privado; (v) formação para profissionais do turismo; (vi) obras civis para restauração de rodovias relevantes para o turismo, e (vii) sinalização turística.

**Meta:** Atender diretamente 3.000 pessoas com intervenções a serem desenvolvidas no turismo de base comunitária e formação de empreendedores do turismo, beneficiando indiretamente 12.000 pessoas, familiares dos beneficiários diretos.

**Público Impactado:** em torno de 10% da população dos destinos trabalhados, são aqueles que integram a cadeia produtiva e que serão impactados com as atividades desenvolvidas que promoveram incremento do turismo nas comunidades.

**❖ Componente 2: Manutenção Proativa com Contratos Baseados no Desempenho (PBCs) de longo prazo. (153,587 milhões de dólares, incluindo 108,587 milhões de dólares de financiamento do Banco Mundial e 45,000 milhões de dólares de financiamento de contrapartida)**

Este componente introduzirá PBCs no Estado, com foco no Projeto, reabilitação e manutenção de vários lotes de estradas essenciais para o desenvolvimento da ligação dos agricultores familiares aos mercados, em particular ao turismo no Estado. As estradas selecionadas terão melhor segurança, especialmente em locais turísticos onde serão incorporadas instalações melhoradas para pedestres e ciclistas. Ao mesmo tempo, a resiliência a eventos climáticos extremos será reforçada, com melhores abordagens de manutenção e intervenções localizadas em pontos críticos vulneráveis. Os contratos incluirão requisitos para prevenir a violência com base no gênero (VGB), incorporando, ao mesmo tempo, incentivos para inclusão de mulheres na força de trabalho. Além disso, os PBC incluirão estratégias de gestão de resposta a eventos climáticos extremos.

**❖ Componente 3 - Gestão do Projeto e Fortalecimento Institucional US\$ 13,2000 milhões de dólares)**

Este componente fornecerá apoio à gestão técnica e administrativa do Projeto, incluindo atividades de gestão, incluindo gestão de riscos sociais e ambientais, comunicação, monitoramento, avaliação, relatórios e auditoria. Reforçará a colaboração interinstitucional necessária para o sucesso da implementação do Projeto. Financiará estudos, workshops, treinamento, viagens, assessoria técnica, consultoria, serviços administrativos, software e equipamentos limitados e custos operacionais. Este componente financiará também o fortalecimento institucional de instituições-chave que apoiam a agricultura familiar, o turismo, a segurança rodoviária e a inclusão. Também integrará capacidades institucionais na gestão, planejamento e orçamentação de ativos rodoviários. Esse apoio reduzirá os riscos e a curva de aprendizado do UGP, da SEPLAN e do DER/RN <sup>4</sup>. Atividades de assistência técnica, eventos,

---

<sup>4</sup> O projeto de atividade de manutenção proativa desenvolvido para o Distrito de Mossoró trouxe a experiência de utilização de catálogos de soluções para o DER/RN. Os catálogos de soluções são mais eficientes para o desenvolvimento de Programas do tipo CREMA do que as regulamentações do DNIT, pois são adequados à realidade das rodovias do RN, evitando soluções superdimensionadas e excessivamente caras, gerando substancial economia de recursos para o Rio Grande do Norte.

treinamentos, equipamentos e capacitação estão incluídos para os beneficiários do Componente 1.

### 1.3. . Estratégia de Gênero

O Projeto realizará uma avaliação de gênero e incorporará um Plano de Ação de Gênero para encorajar a participação equitativa de gênero nas atividades e eventual geração de rendimento e trabalho resultante das intervenções. Isto inclui benefícios para as mulheres, tanto no seu papel de membros dedicados e fiáveis das suas comunidades como de organizações de produtores. A avaliação dos impactos sociais (como parte do Quadro de Gestão Ambiental e Social do Projeto) e dos benefícios incorporará uma perspectiva sensível ao gênero e proporá ações específicas para combater as disparidades de gênero identificadas, bem como indicadores para monitorizar ações destinadas a abordar ou reduzir essas disparidades como estratégia de comunicação, formação específica, participação facilitada em estruturas formais e informais de tomada de decisão e processos de governança.

O Plano de Ação de Gênero do Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte - Fase II visa:

- i. no âmbito da Agricultura Familiar, reduzir as disparidades de gênero entre os agricultores familiares do Rio Grande do Norte, a partir da adoção de práticas de Agricultura Agroecológica e de Resiliência Climática, fornecendo acesso direcionado à extensão agrícola, informações técnicas e financiamento subsidiado para atividades produtivas às mulheres e suas organizações e/ou grupos produtivos, seguindo uma abordagem de aliança produtiva nas cadeias selecionadas;
- ii. na área de Turismo, com foco na equidade de gênero, fomentar o empreendedorismo feminino na atividade turística, por meio do financiamento de capacitação para inserção de mulheres na gestão das atividades no mercado turístico. Para além de qualificação, as iniciativas também buscarão promover segurança às mulheres, jovens e crianças no que diz respeito à exploração sexual infanto-juvenil, com implementação de campanhas de conscientização e educação, direcionadas não apenas aos profissionais da área, mas o público em geral, em abordagens integradas e colaborativas, mitigando esses possíveis impactos negativos do setor.
- iii. na área de Estradas, combater a disparidade de gênero em um setor essencialmente masculino. Serão fornecidas capacitações para acesso das mulheres a vagas não tradicionais no setor da engenharia civil; promovidos incentivos ao acesso às vagas de engenharia; além da implementação de um programa de estágio remunerado para universitárias e técnicas capacitadas e a prática e disseminação de códigos de conduta e convivência, promoção de

palestras para a prevenção e mitigação da violência de gênero e da exploração sexual infanto-juvenil próximas a canteiros de obras.

O RN sustentável II será implementado conjuntamente por 04 Secretarias e 01 Autarquia, valendo-se, em grande parte, das capacidades e dos sistemas de Governo existentes. Nesse arranjo, são 04 (quatro) as secretarias estaduais envolvidas na operacionalização do Projeto, SEPLAN, SIN, SETUR e SEDRAF, e 01 autarquia, DER, além do apoio de outra autarquia, a EMATER RN, como segue:

#### ❖ SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – SEPLAN

O Projeto RN Sustentável II será coordenado pela SEPLAN, sendo a mesma responsável pela gestão, coordenação, planejamento, monitoramento e avaliação das atividades do Projeto, por meio da Unidade de Gerenciamento de Projeto (UGP), já estabelecida para o Projeto RN SUTENTÁVEL I, e que possui equipe qualificada para execução do projeto proposto.

A Seplan/UGP também responderá pelo gerenciamento dos recursos e desembolsos do Projeto, cumprimento das metas pactuadas e toda sistemática de monitoramento e avaliação do Projeto, fornecendo demonstrativos e informações perante o organismo financiador, apoiando as demais secretarias e autarquias co-executoras e apoiadora na implementação de suas atividades, em consonância com o planejamento integrado das ações e regras acordadas com o Banco Mundial, coordenando ainda o Comitê Gestor do Projeto, integrado por representantes das secretarias estaduais diretamente envolvidas no Projeto.

A SEPLAN irá garantir que os recursos de contrapartida sejam incluídos no orçamento do Estado, sendo a responsável pelas aquisições, gestão financeira e contábil, pela aplicação das normas sociais e ambientais e também, pela divulgação dos resultados do Projeto, através de uma estratégia de comunicação proativa. A SEPLAN ainda irá compilar as informações relacionadas ao Projeto e fornecidas pelas instituições envolvidas na implementação e será responsável por garantir a conformidade com todos os requisitos de informações estabelecidos no Acordo de Empréstimo.

A UGP será responsável pela administração geral do Projeto, pelo planejamento, coordenação, monitoramento e avaliação de todas as atividades relacionadas a ele, tanto ao nível central quanto em campo, bem como pela gestão financeira, aquisições, desembolsos e contabilidade do Projeto. Terá ainda a responsabilidade de implementar os instrumentos sociais e ambientais e pela divulgação dos resultados do Projeto, através de uma estratégia proativa de comunicação.

A Unidade de Gestão do Projeto será formada por uma Gerência Executiva, com gerentes setoriais, e pessoal técnico para gestão administrativa e operacional e assistentes administrativos, lotados na UGP e órgãos coexecutores.

Cada órgão coexecutor deverá constituir formalmente uma Unidade Executora Setorial – UES, que entre outras atividades supervisionará as ações desenvolvidas, no âmbito do respectivo órgão executor, sistematicamente a implementação relativa à execução de obras, aquisição de bens e serviços e consultorias, conforme regras acordadas no Contrato de

Empréstimo, atestando tecnicamente a sua execução física, parcial e final, bem como subsidiará a UGP na liberação de desembolso para assegurar a correta aplicação dos recursos envolvidos no Projeto, com interlocução direta com UGP. As Unidades coexecutoras terão uma equipe de técnicos envolvidos na execução do Projeto, composta por servidores do Estado.

Os órgãos coexecutores participarão da elaboração de termos de referência, editais de licitação, solicitação de liberações de recursos, supervisão, fiscalização e acompanhamento da execução de seus projetos, apoiando a SEPLAN na prestação de contas dos recursos liberados, prestando ao Banco Mundial e à SEPLAN os esclarecimentos e informações solicitadas sobre o andamento, desempenho e cumprimento das metas envolvidas.

Além desta Unidade de Gestão do Projeto, para a execução do Projeto nos territórios, a UGP e a SEDRAF, por meio dos Escritórios da EMATER/RN, assegurarão o funcionamento do Projeto, garantindo a implementação cotidiana dos subprojetos ao nível local, de forma a assegurar a coordenação e a integração entre as instituições locais e as partes interessadas nos territórios priorizados.

#### ❖ SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR – SEDRAF

Será responsável pela execução direta de parte do **Componente 1 – Subcomponente 1.1 e 1.2**, prestando esclarecimentos e informações solicitadas sobre o andamento, desempenho e cumprimento das metas envolvidas ao Banco Mundial e à SEPLAN.

Como parte Componente 1, a SEDRAF, com apoio da EMATER, será responsável pelo monitoramento da seleção e da execução dos subprojetos, bem como pela construção de itens de infraestrutura que assegurem o alcance dos objetivos deste Componente. Será responsabilidade da SEDRAF, por meio de técnicos especialistas contratados para Emater (Núcleo Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural), o fornecimento de assessoria técnica orientar as organizações a elaborarem seus planos de negócio/planos de investimento.

A execução dos subprojetos será de responsabilidade da SEDRAF, em parceria com outras instituições, principalmente a sua vinculada, o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN – EMATER<sup>5</sup> - de capilaridade rural com escritórios locais e regionais; e organizações beneficiárias, auxiliadas por empresas e instituições parceiras ou contratadas para este fim. A Sedraf contará ainda com apoio técnico da Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária, e da Pesca – SAPE; do Instituto de Defesa Animal do RN – IDIARN; da Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN – EMPARN, e o Instituto de Gestão das Águas do RN – IGARN, nas suas áreas de competência.

As Organizações produtivas (associações e cooperativas) serão responsáveis pela implementação de propostas selecionadas de investimentos como parte das intervenções

---

<sup>5</sup> A EMATER está presente com sua estrutura física e operacional em 156 municípios do Estado, com 01 Escritório Sede em Natal, 10 Gerências Regionais, estrategicamente distribuídas no Estado, que administram, orientam e acompanham os 167 municípios do Estado, bem como realizam as parcerias com prefeituras, cooperativas e com as entidades representativas de agricultores e pescadores.

previstas no Componente 1, através de convênios e /ou repasses de bens, por meio de editais de manifestação de interesse, mediante suporte e supervisão da SEDRAF/EMATER e de parceiros.

#### ❖ SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO - SETUR

Como parte do **Componente 1**, a SETUR será responsável pela execução do **Subcomponente 1.3**, prestando esclarecimentos e informações solicitadas sobre o andamento, desempenho e cumprimento das metas envolvidas ao Banco Mundial e à SEPLAN, contando, para tanto, com apoio operacional da Empresa Potiguar de Promoção Turística AS – Emprotur/RN<sup>6</sup>.

A Setur, ao trabalhar ações estratégicas de fortalecimento do Turismo da base comunitária, conseguirá identificar a necessidade de investimentos nessas comunidades a serem apoiadas pela SEDRAF no âmbito do Componente 1 – subcomponentes 1.1 e 1.2, com foco no fortalecimento da produção associada ao turismo, fomentando a inclusão produtiva e o acesso a mercados, possibilitando a inserção socioeconômica e cultural de comunidades no turismo local. Além disso, diversas intervenções ligadas ao turismo estarão vinculadas ao fortalecimento e inserção dos agricultores familiares no mercado turísticos, como a criação de roteiros turísticos sustentáveis e inclusivos.

#### ❖ SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA – SIN

A SIN será responsável pela execução direta, em conjunto com o Departamento de Estradas de Rodagens do RN - DER, do Componente 2: Melhoria da Eficácia do Transporte Rodoviário do Rio Grande do Norte, prestando esclarecimentos e informações solicitadas sobre o andamento, desempenho e cumprimento das metas acordadas ao Banco Mundial e à SEPLAN.

A SIN tem como competências centrais: executar, fiscalizar e receber, direta e indiretamente, obras e serviços de engenharia de interesse da Administração Direta.

O DER é vinculado à SIN, sendo sua competência: planejar, executar e controlar os serviços de conservação, reparação, restauração, melhoramento, adequação da capacidade e ampliação de malha viária estadual.

#### ❖ COMITÊ GESTOR DO PROJETO

É o espaço institucional de discussão, acompanhamento, monitoramento e avaliação geral do Projeto. A instituição de um Comitê Gestor tem como principal objetivo proporcionar maior agilidade e ganho de sinergia na execução, agregando conhecimentos técnicos das áreas e potencializando os resultados a serem alcançados. O seu objetivo é o de melhorar a coordenação interinstitucional com outras Secretarias de Estado, com implementadores e instituições parceiras; além disso, haverá diálogo com as Secretarias de modo a garantir que

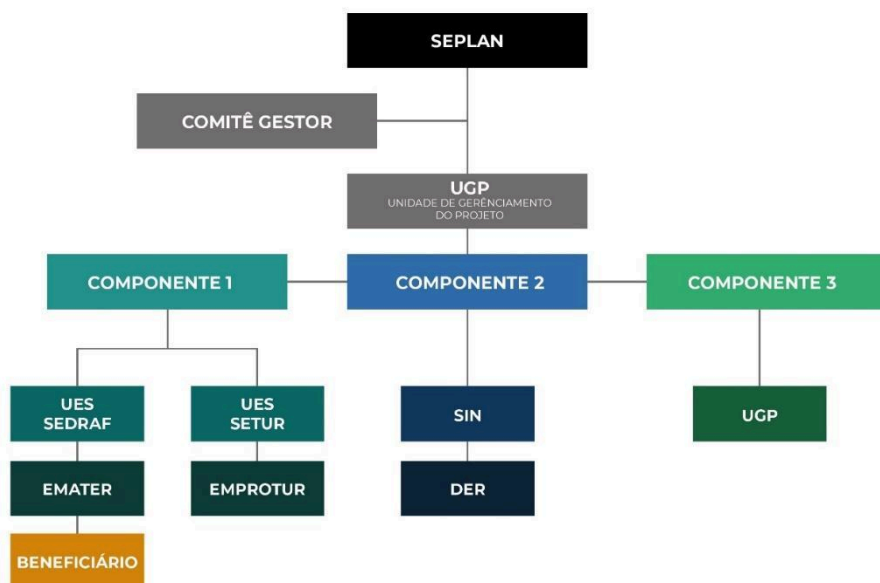
---

<sup>6</sup> A Empresa Potiguar de Promoção Turística S.A., também conhecida pela sigla Emprotur, é uma sociedade de economia mista vinculada à Secretaria de Estado do Turismo do Rio Grande do Norte. Ela tem por finalidade promover o estado do Rio Grande do Norte como destino turístico em âmbito nacional por meio de ações que divulguem e valorizem o potencial turístico do estado, e despertem interesse das pessoas em conhecer as atrações turísticas potiguares.

sejam alocados os recursos de contrapartida no orçamento do Estado. Os principais funcionários das áreas administrativa e técnica deverão ser formalmente nomeados, de modo a estarem plenamente operacionais imediatamente após a entrada em vigor do Projeto, de acordo com os perfis detalhados e com os termos de referência incluídos no Manual de Operações do Projeto (MOP).

O arranjo institucional proposto é ilustrado pela Figura 1, apresentada a seguir:

**Figura 01. Arranjo institucional do Projeto**



## 2. PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS - PEPI

Para além do já descrito na apresentação deste documento, o PEPI está estruturado nos seguintes eixos:

- Transparência e divulgação de informações relevantes às partes interessadas;
- Participação social através de canais acessíveis de interlocução com as partes interessadas e com a população em geral;
- Incorporação crítica das manifestações das partes interessadas sobre a execução das atividades;
- Especial atenção aos indivíduos e grupos vulneráveis, em particular, na disseminação de informação e na consulta com os mesmos;
- Resposta e resolução de queixas de forma tempestiva e eficiente, com um enfoque diferenciado quando necessário para grupos vulneráveis ou determinados temas (Violência com base no Género).

### 2.1. Identificação e análise das partes interessadas

O processo de identificação das partes interessadas é um método para identificar os indivíduos, organizações e grupos que podem afetar ou serem afetados pelo Projeto além



das partes que têm interesse no projeto e outros grupos vulneráveis. Esse processo envolve a identificação das partes interessadas, a análise de seus interesses, papéis e necessidades, de forma a direcionar as estratégias de engajamento para garantir que suas opiniões e preocupações sejam consideradas ao longo do Projeto.

## **2.2. Conceito**

As partes interessadas são definidas como indivíduos, grupos ou organizações que:

- São afetados ou suscetíveis de serem afetados pelo Projeto (partes afetadas pelo Projeto);
- Podem ter interesse no Projeto (outras partes interessadas).

As partes interessadas podem ser divididas nas seguintes categorias principais, entre pessoas e organizações que:

- Participam na implementação e coordenação do Projeto (P);
- Influenciam diretamente a implementação do Projeto (ID);
- Influenciam indiretamente a implementação do Projeto (II);
- Diretamente afetados pelos resultados do Projeto (DA);
- Indiretamente afetados pelos resultados do Projeto (IA).

Seguindo esta classificação, foram identificadas as partes potencialmente afetadas pelo Projeto (incluindo grupos desfavorecidos ou vulneráveis) e as outras partes interessadas no Projeto, apresentados no quadro 1.

De forma geral, na relação com o Projeto, os representantes têm o papel de:

- Apoiar na comunicação de mão dupla entre as partes interessadas e o Projeto;
- Facilitar o processo de deliberação e tomada de decisão;
- Fornecer informações úteis sobre as configurações locais para melhor adequação do Projeto;
- Atuar como elo de cooperação para execução do Projeto, etc.

A identificação e envolvimento das partes interessadas é essencial para que não exista problemas de falta de confiabilidade, adesão e adequação dos processos por eles mediados. Ao longo da execução das etapas do Projeto, a legitimidade dos representantes deverá ser verificada por meio de entrevistas e conversas informais com uma amostra aleatória das partes interessadas e seus grupos. Essa investigação considerará se os referidos representantes de fato foram escolhidos pelos representados e em que medida esse processo de escolha foi democrático e inclusivo, ou seja, que permitiu a manifestação e representação dos diversos perfis e grupos.

## **2.3. Metodologia**

A identificação das partes interessadas do Projeto acontece em duas etapas: A primeira, aqui apresentada, realizou uma identificação inicial para composição do PEPI, com base nas informações disponíveis nessa etapa do Projeto. Essa identificação poderá ser aprimorada a partir das informações coletadas na consulta pública do Projeto RN Sustentável II, detalhada neste documento em seção específica.

Em seguida, durante a execução do Projeto, a identificação das partes interessadas será tratada como um processo contínuo. As equipes de gestão e execução, deverão atualizar e complementar a identificação e análise de partes interessadas sempre que novas informações estiverem disponíveis, seja pela definição dos municípios a serem atendidos pelo Projeto RN Sustentável II, pela definição dos locais específicos para as intervenções, ou por meio do mecanismo de demandas, reclamações e queixas do Projeto, também detalhado neste PEPI. Caso ocorra a identificação de nova parte interessada, será feita sua inclusão no PEPI e serão desenhadas atividades de envolvimento e comunicação específica adequada a sua realidade.

#### **2.4. Partes interessadas que terão áreas desapropriadas**

É provável que, no Componente 2, exista a necessidade de desapropriar algumas faixas de terra para a restauração e implantação das rodovias selecionadas. Nesses casos, independentemente da situação formal (jurídica) de cada afetado sobre a titularidade do imóvel (posse ou propriedade), deverão ocorrer medidas compensatórias (indenizatórias) de forma a mitigar os impactos ocasionados pela intervenção (parcial) nas áreas a serem expropriadas. Serão realizadas reuniões com os afetados com o objetivo de esclarecer os procedimentos a serem adotados pelo Projeto, na aquisição das áreas atingidas e os compromissos para mitigação dos impactos. A fim de garantir o planejamento e a implementação de ações atenuantes aos impactos causados, considerando a integridade econômica e social da população afetada, o Projeto elaborou o Marco de Reassentamento Involuntário, que pode ser acessado por meio do link:

[https://docs.google.com/document/d/15eXdr75SMDwmfZtw4Jqsfh\\_-r5USySCp/edit?usp=sharing&oid=103313324496436352044&rtpof=true&sd=true](https://docs.google.com/document/d/15eXdr75SMDwmfZtw4Jqsfh_-r5USySCp/edit?usp=sharing&oid=103313324496436352044&rtpof=true&sd=true)

#### **2.5. Outras partes interessadas**

São considerados outras partes interessadas, os indivíduos, grupos ou organizações com interesse mais amplo, que possam estar interessados no Projeto por causa da sua localização, da proximidade de recursos naturais ou por causa do setor ou partes envolvidas no Projeto. Por exemplo, as instituições, prefeituras e/ou secretarias que de maneira direta ou indireta possam apoiar de forma integrada e de atribuições distintas, como as Instituições regularizadoras.

Ademais, funcionários do Governo, setor privado, turismo, consumidores dos produtos da agricultura familiar, comunidade científica, bem como, outras organizações da sociedade civil e grupos culturais.

## 2.6. Indivíduos e grupos desfavorecidos ou vulneráveis

Aspectos de vulnerabilidade são encontrados entre vários grupos diretamente afetados pelo Projeto proposto, o qual oferecerá assistência com olhar especial para mulheres, jovens e comunidades tradicionais indígenas e quilombolas. Todos os instrumentos dos quadros sociais levarão em consideração os riscos e os impactos sobre indivíduos ou grupos vulneráveis ou em situação de desvantagem que, devido à sua idade, gênero, etnia, capacidade física, mental ou de outra natureza, situação social, condição econômica ou outro fator qualquer, que possa gerar probabilidade maior de serem adversamente afetados ou de enfrentarem limitações na sua possibilidade de beneficiar-se dos investimentos propostos. Dessa forma, todo o acúmulo produzido durante a execução dessa primeira fase permitiu um conjunto de lições aprendidas que será fundamental para implantação de melhorias na segunda fase. O Projeto adotará uma estratégia específica focada nesses grupos e buscará fortalecer Políticas Públicas e iniciativas locais e regionais relacionadas a esses segmentos, em consonância com as políticas do Banco Mundial neste âmbito.

Os grupos de especial atenção para o Projeto são:

- Mulheres;
- Jovens;
- Comunidades Indígenas, para efeitos da lei estadual (embora não detenham os quatro requisitos da NAS7 do Banco Mundial); e
- Comunidades Quilombolas.

A estratégia para envolvimento desses grupos teve início com a identificação de representantes desses segmentos. A identificação dos representantes de pessoas ou grupos é imprescindível para o processo de comunicação e tomada de decisão.

Representantes legítimos podem ser entendidos como indivíduos que foram incumbidos por outras pessoas para realizar a comunicação e defender seus interesses em instâncias específicas. De forma geral, na relação com o Projeto, os representantes têm o papel de:

- i. Apoiar a comunicação de mão dupla entre as partes interessadas e o Projeto;
- ii. Facilitar o processo de deliberação e tomada de decisão;
- iii. Fornecer informações úteis sobre as configurações locais para melhor adequação do Projeto;
- iv. Atuar como elo de cooperação para a execução do Projeto.

A identificação de representantes legítimos é essencial para que não existam problemas de falta de confiabilidade, adesão e adequação dos processos por eles mediados. No decorrer da execução do Projeto, a legitimidade dos representantes deverá ser verificada por meio de entrevistas e conversas informais. Essa verificação considerará se os referidos representantes de fato foram escolhidos pelos representados e em que medida esse processo de escolha foi democrático e inclusivo, ou seja, que permitiu a manifestação e representação dos diversos perfis e grupos.

E, em todos os grupos sociais, será dada ênfase na ampliação do envolvimento de mulheres e jovens. Para além de escutar e incorporar a visão desses grupos mais vulneráveis, é necessário garantir que acessem os recursos, ou seja, que se tornem beneficiários do

Projeto. Para isso, serão utilizadas estratégias de seleção de subprojetos que garantam maiores possibilidades de classificação para esses segmentos. A estratégia para fomentar a participação será a de incluir nos critérios de seleção das manifestações de interesse, uma pontuação significativamente maior para esses grupos, em todos os editais. As ações para atendimento a esses grupos estão descritas, neste documento, em seção específica.

**QUADRO 1 – IDENTIFICACAO INICIAL DAS PARTES INTERESSADAS**

Parte interessada	Atuação no Projeto	Interesse e Influência			Efeito do Projeto na parte interessada
Secretaria de Estado do Planejamento, do Orçamento e Gestão - SEPLAN	Responsável pela Coordenação Geral do Projeto, sendo responsável pela elaboração, implementação, gestão e monitoramento por meio da Unidade de Gerenciamento de Projeto (UGP).	PP			Garantir a boa execução do Projeto e o alcance das metas e resultados.
Unidade de Gerenciamento de Projeto - UGP	Elaboração, implementação, gestão e monitoramento do Projeto como um todo, tendo cada setor um papel específico.	PP			Garantir a boa execução do Projeto e o alcance das metas e resultados.
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura familiar – SEDRAF	Execução operacional, supervisão e acompanhamento sistemático da implementação das ações e atividades relacionadas ao Componente 1 - Subcomponentes 1.1 e 1.2.	P			Identificar as áreas prioritárias para alocação de investimentos; Contribuir com subsídios para tomada de decisão.
Secretaria de Estado do Turismo – SETUR	Promover a diversificação dos destinos turísticos com responsabilidade e resiliência no contexto das diversidades locais e sustentáveis, além de fomentar a interiorização por meio da promoção dos roteiros e melhorar a qualidade dos serviços turísticos através do Componente 1 – Subcomponente 1.3.	P			Identificar as áreas prioritárias para alocação de investimentos; Contribuir com subsídios para tomada de decisão.
Secretaria de Estado da Infraestrutura –	Em conjunto com o Departamento de Estradas de Rodagens do RN -	P			Contribuir com a execução das

SIN e Departamento de Estradas de Rodagens – DER	DER, será responsável pela execução direta, do Componente 2: Melhoria da Eficácia do Transporte Rodoviário do Rio Grande do Norte.				obras e fiscalizar os serviços de engenharia do componente 2.
Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte - EMATER	Apoiará oferecendo assistência técnica aos produtores, organizações e cooperativas – Componente 1 – Subcomponente 1.1 e 1.2.		I D		Garantir suporte técnico e capacitação para beneficiários dos subcomponentes 1.1 e 1.2.
Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do RN - IDIARN	Apoiará o processo de regularização sanitária dos empreendimentos e a formação dos consórcios intermunicipais de inspeção - Componente 1 – Subcomponente 1.1 e 1.2.		II		Auxiliar na definição das linhas estratégicas do Projeto em alinhamento com as políticas do órgão.
Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do RN - IDEMA	Orientar a política e gestão ambiental do estado e Licenciamento ambiental ( e dispensas) necessárias para execução das obras, de acordo com legislação ambiental vigente – Componente 1 e 2.		I D		Melhoria dos indicadores socioambientais do Estado como um todo.
Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI	Atendimento a solicitações e esclarecimentos específicos que podem ser necessários ao longo da execução do Projeto - Componente 1 – Subcomponente 1.1 e 1.2.		II		Contribuir com esclarecimentos específicos.
Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), Assistência Técnica Especializada em Gestão (ATEG) e Agentes Comunitários de Agroecologia – ACA.	Contratada para assistência técnica aos produtores, organizações e cooperativas, em locais ou em temas onde a Emater não atuará - Componente 1 – Subcomponente 1.1 e 1.2.		II		Auxiliar em algumas ações do Projeto com aportes técnicos.
Consórcios Intermunicipais de Inspeção	Atuar nos Serviços de Inspeção para regularização sanitária dos empreendimentos - Componente 1 – Subcomponente 1.1 e 1.2.		II		Contribuir com a criação Serviços de Inspeção dos empreendimentos, conforme a necessidade.

Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável e Solidário - CMDS	Exercer controle social em relação à implementação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável - Componente 1 – Subcomponente 1.1 e 1.2.		<b>I D</b>		Realizar análise de elegibilidade do público alvo dos subcomponentes 1.1 e 1.2..
Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRUS	Analisar e deliberar sobre projetos aprovados pelas UES referentes às demandas das organizações produtivas e cooperativas - Componente 1 – Subcomponente 1.1 e 1.2.		<b>II</b>		Referendo e Homologação das Propostas dos subcomponentes 1.1 e 1.2.
Organização das Cooperativas do Estado do RN – (OCERN) e União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e da Economia Solidária – UNICAFES	Fortalecer a articulação das cooperativas em rede de comercialização - Componente 1 – Subcomponente 1.1 e 1.2.		<b>II</b>		Auxiliar com subsídios para tomada de decisão.
Organizações Produtivas	Beneficiárias do Componente 1 – Subcomponente 1.1 e 1.2.			<b>DA</b>	São beneficiárias diretas de algumas ações do Projeto. Serão envolvidas em processos participativos na execução das atividades.
Instâncias de Governança Regionais – IGR's do Turismo do RN	Acompanhar a implementação das atividades voltados ao turismo.		<b>II</b>		Terão papel na mobilização e representação dos públicos de interesse.
Conselho Estadual do Turismo - CONETUR	Propor diretrizes e oferecer subsídios para formulação de propostas.		<b>II</b>		Terão papel na mobilização e representação dos públicos de interesse.
Empreendedores do Setor do Turismo	Incentivar comunidades residentes, agentes econômicos e governo a trabalhar em prol da construção do turismo sustentável responsável e inclusivo no Projeto.		<b>II</b>		Terão papel na mobilização e representação dos públicos de interesse.

Empresa Potiguar de Promoção Turística - EMPROTUR	Promover o turismo de base comunitária no âmbito do Projeto.		II	Divulgar e valorizar o potencial turístico e despertar o interesse no Projeto.
Proprietários que terão seus terrenos desapropriados para implantação e restauração das estradas.	População diretamente afetada pela implantação dos trechos rodoviários – Componente 2.		DA	Receber as ações do Plano de Reassentamento, tais como as medidas mitigadoras, indenizatórias e de serviços.
Comunidades indígenas e quilombolas	Potenciais beneficiários do Projeto – componente 1 – Subcomponentes 1.2 e 1.3.		DA	Serão envolvidos em processos participativos na execução das atividades.
Mulheres e Jovens	Beneficiários diretos e indiretos do Projeto como um todo.		DA	Serão envolvidos em processos participativos na execução das atividades.
População em geral do Estado do Rio Grande do Norte.	Beneficiários diretos e indiretos do Projeto como um todo – Componente 1 e Componente 2.		DA/IA	Serão envolvidos em processos participativos na execução das atividades.

\* **P** = Participam na implementação e coordenação do projeto, **ID** = Influenciam diretamente a implementação do projeto; **II** = Influenciam indiretamente a implementação do projeto; **DA** = Diretamente afetados pelos resultados do projeto; **IA** = Indiretamente afetados pelos resultados do Projeto.

\* No anexo I é apresentada uma lista preliminar de partes interessadas relacionadas com o Projeto, incluindo Instituições de extrativistas, indígenas e de povos tradicionais; cooperativas e associações; organizações da sociedade civil e organizações governamentais. As instituições do anexo I estão inseridas nas categorias de partes interessadas listadas nesta tabela, tendo o mesmo tipo de atuação, interesse e efeito das categorias às quais pertencem.

### 3. ENVOLVIMENTO NA PREPARAÇÃO DO PROJETO

O Projeto terá uma abordagem robusta de envolvimento dos cidadãos, baseada na experiência bem-sucedida do Projeto anterior.

No período de 17 a 21 de julho de 2023, foram realizadas várias reuniões setoriais com objetivo de delinear os principais procedimentos a serem seguidos na implementação do

Projeto, bem como identificar as medidas preventivas e mitigadoras dos potenciais impactos negativos.

Como forma de promover e garantir a participação social de outros grupos, uma das etapas de elaboração é a consulta pública das partes interessadas diretamente beneficiadas e ou impactadas pelas intervenções. Tais consultas têm o objetivo de colher contribuições, críticas e demais manifestações relacionadas à forma com o que o Projeto planeja engajar as partes interessadas para gerir os riscos e impactos sociais e ambientais ao longo de sua execução.

O quadro 2 fornece uma síntese dos principais participantes já identificados, juntamente com o cronograma estabelecido para envolvê-los, os resultados observados e sugestões, destacando as principais recomendações dos diferentes grupos afetados – *Pós Consultas*.

### 3.1. Atividades de Engajamento Durante a Preparação do Projeto ate junho de 2024

**QUADRO 2. SÍNTESE DAS ATIVIDADES PARA ENGAJAMENTO DAS PRINCIPAIS PARTES INTERESSADAS IDENTIFICADAS NA FASE DE PREPARAÇÃO DO PROJETO, COM AS DATAS DE EXECUÇÃO DAS DILIGÊNCIAS E ESCUTAS NECESSÁRIAS, OBSERVAÇÕES E SUGESTÕES DOS DIVERSOS GRUPOS ENVOLVIDOS.**

Tipo de Engajamento	Data	Participantes	Principais Temas Discutidos	Encaminhamentos/Sugestões
Reunião presencial UGP/secretarias setoriais	15.02.24	Equipe técnica UGP, SEDRAF/EMAT ER, SIN/DER e SETUR	Apresentação dos setores da UGP e suas competências (Setor ambiental, Social e Comunicação e esclarecimentos sobre os documentos socioambientais exigidos pelo banco para negociação da segunda etapa do Projeto.	Apresentação da Gestão do Projeto aos gestores e técnicos da nova fase do Projeto; Fase de preparação de documentos, metodologia de trabalho e prazos.
Reuniões para identificação de demandas por parte dos beneficiários.	Janeiro de 2024	Associações, cooperativas de produtores.	Discussão sobre demandas	Identificação de demandas para fortalecimento dos



Reuniões para identificação de demandas por parte dos grupos identificados como vulneráveis ou desfavoráveis.	Janeiro de 2024	Associações de grupos específicos.	para a etapa 2 do Projeto. Discussão para identificação dos representantes dos grupos.	segmentos representados. Identificação dos representantes dos grupos e identificação de demandas que melhor representem os anseios de melhoria das comunidades como um todo.
Reunião presencial UGP/secretarias setoriais	22.02.24	Equipe técnica UGP, SEDRAF/EMATER e SETUR	Integração das ações entre SEDRAF e Turismo.	Alinhamento da estratégia e articulação entre o turismo e a agricultura familiar para o desenho da segunda fase.
Reunião presencial UGP/SEPLAN e Tribunal de Contas do Estado - TCE	23.02.24	Conselheiros do TCE	Apresentação das tratativas com o Governo Federal e BIRD para formalização do Projeto RN Sustentável II	Discussão sobre a continuidade da parceria com o TCE para a segunda etapa com sugestão de fortalecimento da gestão de riscos.
Reunião presencial UGP/secretarias setoriais	08.03.24	Equipe técnica UGP, SEDRAF/EMATER, SETUR e SEMJIDH	Definição de responsabilidades e prazos para elaboração e entrega de documentos acordados com o BM relativos às áreas ambiental e social e Gênero.	Discussão técnica para elaboração dos documentos socioambientais do Projeto com nivelamento das equipes e definição de papéis.
Oficina on-line sobre Estratégia de Gênero, promovida pelo BM.	13.03.24	Equipe técnica UGP, SEMJIDH, SEDRAF/EMATER, SIN/DER e SETUR	Análise das disparidades de gênero nos componentes e subcomponentes.	Discussão sobre Estratégia de Gênero para a segunda fase do Projeto para fechar metas e indicadores de gênero por cada componente e subcomponente.
Reunião presencial UGP/secretarias setoriais	19.03.24	Equipe técnica da UGP, SEDRAF/EMATER	Discussão sobre as disparidades	Proposta de indicadores para cada componente e

		ER, SIN/DER, SETUR	existentes nessas áreas envolvendo as mulheres e que estratégias deverão ser adotadas no âmbito do Projeto para minimização dessas desigualdades.	subcomponente e atividades por UES.
Reunião presencial UGP/secretarias setoriais	21.03.24	Equipe técnica UGP, SEDRAF/EMAT ER	Discussão sobre os elementos necessários para descrição das ações propostas pela SEDRAF e EMATER.	Detalhamento dos Sistemas Agroflorestais e metodologia de execução.
Reunião presencial UGP/secretarias setoriais	22.03.24	Equipe técnica UGP, SEDRAF/EMAT ER	Cont. Discussão sobre os elementos necessários para descrição das ações propostas pela SEDRAF e EMATER.	Definição de critérios de priorização de subprojetos.
Reunião presencial UGP/secretarias setoriais	25.03.24	Equipe técnica da UGP, SEDRAF/EMAT ER e Turismo.	Discussão para elaboração dos Planos de Assistência Técnica e de Supervisão	Integração das ações do turismo e agricultura familiar.
Reunião presencial UGP/secretarias setoriais	01.04.24	Equipe técnica da UGP e SETUR	Discussão sobre os elementos necessários para descrição das ações propostas pela SETUR.	Detalhamento das ações a serem integradas.
Encontro das Instâncias de Governança Regionais – IGR's do RN.	10.04.24	Equipe técnica da SETUR, UGP/Social, Secretarias	Apresentação do Projeto RN Sustentável II	Apresentação da segunda fase do Projeto ao setor turístico. Não houve demanda para alterações.

Reunião presencial com parceiros	26.04.24	Municipais de Turismo. Equipe técnica da UGP, DER, DNIT, DETRAN, IDEMA, SEDRAF, EMATER, SAMU, Comando da Polícia Rodoviária Estadual.	Apresentação do Projeto RN Sustentável II	Apresentação da estratégia adotada para seleção das rodovias. Os participantes parabenizaram o começo da integração e os caminhos que estão sendo construídos juntos.
Reunião presencial com Movimentos Sociais e Federações Sindicais	29.04.24	Equipes técnicas da UGP, Sedraf, Emater e Setur; Sindicatos de Trabalhadores Rurais; Federação dos Trabalhadores da Agricultura do RN; MST; MLST; Movimento Brasil Popular; ASA Potiguar; Conselhos Municipais de Desenvolvimento Solidário e Sustentável – CMDS's; Vereadores e Marcha Mundial das Mulheres.	Apresentação do Projeto RN Sustentável II	Nivelamento dos entendimentos na construção metodológica;  Investir na certificação da base produtiva;  Foi criticado o volume de recursos investidos em estradas em detrimento da agricultura familiar;  Sugestão de Capacitação em Tecnologia da Informação; Foi questionado o papel das assistências técnicas pós investimentos; Necessidade de ações estratégicas para o fortalecimento da Emater; Foi sugerido investimento de agroindústria territorial para abarcar os pequenos empreendimentos; Foi questionado como se dará a participação das associações e dos Conselhos Municipais.
Reunião presencial com Emater's Regionais	30.04.24	Equipe técnica da UGP, SEDRAF/EMAT		Alinhamento sobre a atuação da Emater na Fase II do Projeto.

			ER, SIN/DER e SETUR		
Reunião para apresentação da Estratégia de Aquisição de Projeto para o Desenvolvimento (EAPD) e Discussão dos Indicadores de resultados previstos do Projeto.	02.05.24	Equipe técnica da UGP, SEDRAF/EMAT ER, SIN/DER e SETUR	Apresentação do EAPD e Discussão dos Indicadores de resultados previstos do Projeto.	Apresentação das regras de aquisição; Definição de metas e indicadores dos componentes e subcomponentes.	
Reunião presencial com Movimento Cooperativista	03.05.24	Equipe técnica da UGP, SEDRAF/EMAT ER, SIN/DER e SETUR	Apresentação do Projeto RN Sustentável II	Alinhamento da estratégia e articulação para participação das cooperativas e associações na Fase II do Projeto.	
Reunião com o Conselho Estadual do Turismo	08.05.24	Conselheiros, equipe técnica da Setur e UGP/Social	Apresentação do Projeto RN Sustentável II	Apresentação da segunda fase do Projeto. Não houve demanda para alterações.	
Oficina sobre Avicultura Caipira	16.05.24	Servidores/Colaboradores da EMATER/RN integrantes das dez Regionais	Apresentação do Projeto RN Sustentável II	Compartilhamento de informações. Não houve demanda para alterações.	
Reunião presencial com os setores da Seplan	20.05.24	Técnicos da Seplan e da Secretaria de Estado da Fazenda	Apresentação do Projeto RN Sustentável II	Apresentação da segunda fase do Projeto. Não houve demanda para alterações.	
Reunião presencial com indígenas	Segunda quinzena de julho, aguardando disponibilidade dos grupos.				
Reunião presencial com quilombolas	Segunda quinzena de julho, aguardando disponibilidade dos grupos.				

Cabe registrar que as reuniões com as partes interessadas, para apresentação do Projeto, não demandaram alterações para os quatro documentos socioambientais elaborados, quais sejam: Plano de Envolvimento das Partes Interessadas – PEPI; Plano de Compromisso Ambiental e Social – PCAS; Marco de Gestão Ambiental e Social - MGAS e o Marco de Reassentamento Involuntário, que foram disponibilizados no site do Projeto com 15 dias de antecedência das reuniões para consulta.

### **3.1 . Antecedentes do Envolvimento**

Durante a Etapa 1 do projeto, no intuito de incentivar a sociedade e todas as partes interessadas, incluindo os povos e comunidades tradicionais e indígenas, a contribuir para a elaboração da proposta de projeto e sua implementação, foram realizadas diversas ações com o intuito de engajar as partes interessadas.

Já durante o processo de elaboração do Projeto, foram realizadas várias consultas públicas sobre os documentos de salvaguardas e para delinear os principais procedimentos a serem seguidos pelo Projeto. Esses eventos envolveram diversas partes interessadas com o objetivo de reunir os principais grupos sociais beneficiários e/ou potencialmente afetados, bem como identificar as medidas preventivas e mitigadoras dos potenciais impactos negativos e elaborar as medidas para potencializar ou intensificar os impactos positivos.

Outro aspecto relevante para o fortalecimento da participação social foi a formalização dos Conselhos Municipais no âmbito do Projeto, que contribuiu para a divulgação, a compreensão, e a incorporação das diretrizes e operacionalização das ações previstas pelo Projeto para a população do Estado.

Foram criados, estruturados e capacitados 165 Conselhos Municipais, objetivando o fortalecimento da governança local e viabilização da proposta de elegibilidade das Manifestações de Interesse e do público-alvo (agricultores familiares, mulheres e jovens, comunidades tradicionais e vulneráveis – atestados pelo CadÚnico e DAP).

O contexto geral das discussões girou em torno de: (I) papel dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (CMDs), (II) assistência técnica especializada e continuada aos projetos, (III) fortalecimento das informações e comunicação das ações, e (IV) fortalecimento da articulação regional para o controle social do Projeto.

Durante a realização das Consultas Públicas discutiram-se: as linhas de investimentos do Projeto, seus componentes e subcomponentes, sobre os cuidados, prevenção e avaliação na atenuação de possíveis impactos negativos, sobre os recursos naturais, culturais, e sociais, e atenção permanente às políticas de salvaguardas, com ênfase na participação e controle social. Ressalta-se que a realização das consultas da Avaliação de Impacto Social e Ambiental - AISA, além de discutir o referido relatório, foi mais uma oportunidade de informação e divulgação do Projeto. Em geral, a expressão dos participantes foi bastante clara acerca da identificação das salvaguardas em garantir a participação e controle social, assim como em relação aos aspectos ambientais, manifestando apoio às ações do projeto, destacando as seguintes observações: (I) inclusão de atividades vinculadas a piscicultura, (II)

interiorização do turismo, (III) transparência e clareza dos editais e nos critérios de manifestação de interesse, e (IV) investimento em capacitação dos beneficiários diretos do Projeto.

Da mesma forma, foram claramente expostas as condicionantes da política do Banco Mundial referente às comunidades tradicionais sob o aspecto étnico – OP 4.10 – Salvaguardas de Povos Indígenas durante reunião com esse segmento, realizada em Natal, no Auditório da SEPLAN com técnicos da UGP/SEPLAN, consultores e as comunidades indígenas constantes no AISA.

A versão dos documentos modificados após as consultas (Plano de Compromisso Ambiental e Social – PCAS; Plano de Envolvimento das Partes Interessadas – PEPI; Marco de Gestão Ambiental e Social – MGAS e o Marco da Política de Reassentamento Involuntário) e o registro desses documentos são públicos e estão disponíveis na página eletrônica do Projeto, no site (<http://www.governocidadao.rn.gov.br>).

Nesta segunda fase, RN Sustentável II, os grupos focais foram inicialmente identificados no intuito de analisar os riscos, desafios, problemas e benefícios relacionados às atividades planejadas. Já o processo participativo, que inclui consultas durante a preparação e implementação, desempenhará um papel fundamental no envolvimento com as partes interessadas e na recepção da opinião das partes envolvidas. Essa estratégia levará em consideração as necessidades distintas e especiais dos grupos sociais desfavorecidos e vulneráveis, incluindo mulheres, jovens, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas com uma abordagem específica para garantir a participação desses segmentos.

### **3.2. Consulta Pública**

Para esta Segunda Etapa, o Projeto RN Sustentável II está em fase de elaboração, em um processo dinâmico e contínuo visando envolver as partes interessadas desde o planejamento, a implantação, a execução e a avaliação do Projeto. Como forma de promover e garantir a participação social de outros grupos, uma das etapas de elaboração é a consulta pública dos documentos socioambientais, a saber: Plano de Envolvimento das Partes Interessadas – PEPI; Marco de Gestão Ambiental e Social – MGAS; Plano de Compromisso Ambiental e Social – PCAS e o Marco de Reassentamento Involuntário.

A consulta pública tem o objetivo de colher contribuições, críticas e demais manifestações relacionadas à forma com o que o Projeto planeja envolver as partes interessadas ao longo de sua execução e se dará nas seguintes etapas.

#### **3.2.1. Publicação**

A versão para consulta do PEPI e demais documentos socioambientais está disponível na página eletrônica do Projeto RN Sustentável II, no seguinte endereço eletrônico:

- [www.governocidadao.rn.gov.br](http://www.governocidadao.rn.gov.br)

- Para além das consultas realizadas presencialmente (detalhadas no quadro 2), haverá também uma Consulta Pública Virtual para que as partes interessadas possam enviar comentários e sugestões, no período de 20 de maio a 13 de junho de 2024, pelo e.mail: [social.rnsustental@gmail.com](mailto:social.rnsustental@gmail.com)



RN Sustentável II: Participe da construção dos documentos socioambientais | <https://l1nk.dev/CMFEe>

### 3.2.2. Consulta Direta

O Projeto RN Sustentável II está embasado em um sistema de participação social estabelecido para as instâncias e organizações que colaboram com a construção do Projeto (conforme descrito nos Quadros 1 e 2).

### 3.3. Divulgação da Consulta Pública

O tempo para a Consulta Pública do PEPI e dos demais instrumentos socioambientais do Projeto será de 25 dias, durante o qual os documentos estarão disponíveis para consulta no site e redes sociais do Projeto que possibilitará o envio de contribuições via e.mail do Núcleo de Gestão Social, conforme informado anteriormente.

### 3.4. Devolutivas

Todas as pessoas que fizerem comentários receberão devolutiva acerca do aspecto em questão. O resultado do processo de sistematização das contribuições será divulgado no site e nas redes sociais vinculadas ao Projeto, bem como em outros canais de comunicação preferidos pelos diferentes grupos e indivíduos envolvidos, coletados durante os momentos de consulta, como por exemplo via e.mail e whatzap.

Se forem implementadas mudanças significativas no PEPI e/ou nos demais documentos socioambientais estes serão atualizados e novamente divulgados.

## **4. ENVOLVIMENTO DURANTE O PROJETO**

As atividades de Envolvimento das Partes interessadas permeiam todos os componentes 1, 2, e 3 do Projeto, devendo ocorrer durante a implementação, gestão, comunicação, monitoramento e avaliação. Os itens a seguir descrevem o planejamento para que o Projeto proporcione o necessário envolvimento das partes interessadas.

A equipe socioambiental da UGP, será responsável pelas ações de engajamento na fase de preparação. O Projeto também contará com apoio das equipes das secretarias setoriais coexecutoras que auxiliarão a comunicação, no envolvimento das partes interessadas e no mecanismo de queixas, a ser gerenciada pela UGP.

### **4.1. Princípios**

O Projeto aplicará os seguintes princípios para o engajamento das partes interessadas:

- Abertura e abordagem do ciclo do Projeto - Processo continuado de diálogo por meio de consultas públicas a serem organizadas durante todo o ciclo do Projeto, realizadas de maneira aberta para as partes interessadas, sem manipulação, interferência, coerção ou intimidação externa;
- Participação informada e manifestação - As informações serão fornecidas e amplamente distribuídas entre todas as partes interessadas em formato apropriado; haverá oportunidades para a manifestação das partes afetadas, análise e a abordagem dos comentários, demandas, sugestões e eventuais críticas;
- Inclusão e sensibilidade - A identificação das partes interessadas será contínua ao longo do Projeto e realizada a fim de respaldar melhores comunicações e construir relacionamentos eficazes. O processo de participação nos subcomponentes e suas atividades será inclusivo. Todas as partes afetadas, em todos os momentos, são incentivadas a se envolverem no processo de consulta e terão acesso igualitário à informação. A sensibilidade às necessidades das partes interessadas é o princípio fundamental para a seleção dos métodos de engajamento, principalmente ao se considerar os grupos vulneráveis, que demandam atenção especial.

### **4.2. Meios de Comunicação, Divulgação e Envolvimento das Partes Interessadas**

Os materiais de divulgação serão disponibilizados a partir dos principais canais de interação para as partes interessadas - tonando o Projeto cada vez mais acessível, ofertando mais informações – por meio de divulgação de notícias, mídias e documentos, possibilitando a livre manifestação, por meio do Mecanismo de Queixas e de acesso à informação/reclamação.

A experiência anterior indicou que estabelecer contato por telefone via WhatsApp, além da divulgação por meio de panfletos, cartazes e a promoção em rádios locais e carros de som,



constituiriam abordagens eficazes para a comunicação com as comunidades impactadas pelo empreendimento.

#### QUADRO 4 – MEIOS DE COMUNICAÇÃO, ESTRATÉGIAS DE DIVULGAÇÃO E ENVOLVIMENTO

MEIO DE COMUNICAÇÃO	CANAL	ESTRATÉGIAS DE DIVULGAÇÃO E ENVOLVIMENTO
SITE	<p><a href="http://www.projetoGovernocidadao.rn.gov.br">www.projetoGovernocidadao.rn.gov.br</a><sup>7</sup></p> <p>- Domínio deve voltar a RN sustentável (II)</p>	<p><b>Divulgação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Informações gerais sobre o Projeto, seus subcomponentes e parcerias;</li> <li>- Documentos de gestão socioambiental do Projeto – Marco de Gestão Socioambiental, PEPI, Marco de Reassentamento e quaisquer outro elaborado.</li> <li>- Notícias e informações sobre as atividades;</li> <li>- Chamadas Públicas serão divulgadas no site por meio de matérias jornalísticas, de banners que direcionam para as matérias e na aba de manifestação de interesse;</li> <li>- Dados de monitoramento do andamento do Projeto e avaliação de resultados;</li> <li>- Os Mecanismos de Queixas seguirão dispostos no Site do Projeto, e para a nova fase serão divulgados por meio campanhas digitais no Site e redes sociais, além de placas de obras.</li> </ul> <p><b>Mobilização e Engajamento:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Campanhas para mobilização das partes interessadas para participação nas decisões e atividades.</li> </ul>
	<p>Posts no feed e stories do Instagram e na <i>timeline</i> do Facebook, além de mensagens diretas e listas de transmissão nos canais oficiais do Projeto, em colaboração com as redes das secretarias envolvidas e mesmo com as do Governo do RN.<sup>8</sup></p>	<p><b>Divulgação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Postagens periódicas sobre atividades a serem desenvolvidas, as execuções das mesmas e os resultados do Projeto;</li> <li>- Disseminação dos conteúdos do site e redes sociais.</li> </ul>

<sup>7</sup> O domínio será alterado para a nova fase.

MEIO DE COMUNICAÇÃO	CANAL	ESTRATÉGIAS DE DIVULGAÇÃO E ENVOLVIMENTO
<p>REDES SOCIAIS – INSTAGRAM/ FACEBOOK/ WHATSAPP</p>		<p><b>Mobilização:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Veiculação de campanhas para mobilização das partes interessadas para participação nas decisões e atividades;</li> <li>– Mobilização direta via grupos, listas e mensagens individuais;</li> <li>– Avaliar a possibilidade de realizar a promoção de posts para determinados públicos, selecionados por região geográfica e perfil, para divulgação das atividades que demandem participação e envolvimento das partes.</li> </ul> <p>- Comunicação direta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Interação com o público, recebimento de manifestações, críticas e opiniões;</li> <li>– Devolutivas após análise.</li> </ul> <p><b>Monitoramento:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Monitoramento da opinião pública sobre o Projeto</li> </ul>
<p>E-MAIL</p>	<p><a href="mailto:imprensaGovernocidadao@gmail.com">imprensaGovernocidadao@gmail.com</a></p> <p>🔗 Será alterado para <a href="mailto:imprensarnsustentavell">imprensarnsustentavell</a></p>	<p><b>Divulgação, mobilização e comunicação direta:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Comunicação com os pontos focais e outras partes interessadas sobre atividades específicas, momentos de participação e informações gerais sobre o Projeto;</li> <li>– As estratégias de comunicação e envolvimento também ocorrerão pelos e-mails individuais da equipe do Projeto, para momentos e assuntos específicos;</li> <li>– Interação com o público, recebimento de manifestações, críticas e opiniões;</li> <li>– Divulgação de releases para a imprensa com notícias sobre o projeto, para disseminação de todo processo.</li> </ul>
<p>TELEFONE</p>	<p>A ser atualizado</p>	<p><b>Comunicação direta:</b></p>

<sup>8</sup>Lei Geral de Proteção de Dados: – Para veiculação direta, inclusão de pessoas em grupos e em listas de transmissão, é necessário ter a autorização prévia do usuário, conforme LGPD.

MEIO DE COMUNICAÇÃO	CANAL	ESTRATÉGIAS DE DIVULGAÇÃO E ENVOLVIMENTO
		<ul style="list-style-type: none"> <li>– Interação com o público, recebimento de manifestações, críticas e opiniões;</li> <li>– Devolutivas após análise;</li> <li>– Comunicação com os pontos focais e outras partes interessadas sobre atividades específicas, momentos de participação e informações gerais sobre o Projeto.</li> </ul>
FALE CONOSCO	<a href="https://www.Governocidadao.rn.gov.br/?pg=fale_conosco&amp;projeto=1">https://www.Governocidadao.rn.gov.br/?pg=fale_conosco&amp;projeto=1</a> será alterado o link conforme mudança do site.	<b>Comunicação direta:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Recebimento de manifestações, críticas, opiniões, elogios e sugestões;</li> <li>– Devolutivas após análise.</li> </ul>
E-SIC	<a href="http://www.sic.rn.gov.br/">http://www.sic.rn.gov.br/</a>	
FALA BR	<a href="https://falabr.cgu.gov.br/web/home">https://falabr.cgu.gov.br/web/home</a>	
MATERIAIS DE PLANEJAMENTO E REGISTRO	Circulação restrita por e-mail, somente entre destinatários específicos.	Comunicação direta:
RELATÓRIOS E DASHBOARDS	Elaboração de <i>dashboards</i> com análise a respeito das demandas de redes sociais e ferramentas de acesso à informação e reclamação a serem entregues ao Banco Mundial em todas as missões <sup>9</sup> .	<b>Comunicação direta:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Relatórios e <i>dashboards</i> de monitoramento e avaliação do Projeto;</li> </ul>
EVENTOS	Presencial em local a ser acordado e/ou Ambiente virtual previamente divulgado	<b>Divulgação:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Lançamento e divulgação de etapas do Programa;</li> <li>– Apresentação de resultados;</li> </ul> <b>Mobilização:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Eventos de capacitação e construção participativa, em determinadas fases do Projeto;</li> <li>– Mobilização para participação no Projeto;</li> </ul> <b>Comunicação direta e mobilização:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Interação com o público, recebimento de manifestações, críticas e opiniões;</li> </ul>

<sup>9</sup> Relatório ao qual chamamos de **Transparência Cidadã** que é enviado ao Banco Mundial com a consolidação de todas as demandas foi tão exitoso no que se propõe, que o Banco Mundial o reconheceu como um bom modelo de relatório, de boa prática para indicar a outros projetos viabilizados pela instituição.

MEIO DE COMUNICAÇÃO	CANAL	ESTRATÉGIAS DE DIVULGAÇÃO E ENVOLVIMENTO
		<ul style="list-style-type: none"> <li>– Devolutivas após análise junto ao Social;</li> <li>Monitoramento: <ul style="list-style-type: none"> <li>– Monitoramento da opinião pública sobre o Projeto.</li> </ul> </li> </ul>
CONSULTA PÚBLICA	No site do Projeto e em reuniões públicas.	<p><b>Divulgação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Informações gerais sobre o Projeto, seus subcomponentes e parcerias;</li> <li>– Notícias e informações sobre as atividades;</li> <li>– Dados de monitoramento do andamento do Projeto e avaliação de resultados.</li> </ul> <p><b>Comunicação direta:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Consulta sobre documentos e planos específicos, tais como <b>Marco de Gestão Ambiental e Social, Plano de Envolvimento das Partes Interessadas, Marco da Política de Reassentamento</b>, etc.;</li> <li>– Interação com o público, recebimento de manifestações, críticas e opiniões;</li> <li>– Devolutivas junto ao Social após análise.</li> </ul> <p><b>Monitoramento:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Monitoramento da opinião pública sobre o Projeto.</li> </ul>
DIÁLOGO DIRETO	Comunicação diretamente e <i>in loco</i> pela equipe do Projeto e organizações parceiras.	<p><b>Mobilização e Comunicação direta:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Mobilização e diálogo direto com as partes interessadas, por meio das equipes de execução, nas diversas fases;</li> <li>– Parceria com as redes de proteção e assistência social dos municípios que receberão ações do Projeto e alinhamento para que as equipes de campo possam trabalhar como difusoras das mensagens direcionadas às partes interessadas.</li> </ul>
COMUNICAÇÃO DIRIGIDA	Cartilhas, cartazes, panfletos, físicos e digitais.	<p><b>Comunicação direta:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Produção de materiais informativos e ações de comunicação específicos aos</li> </ul>

MEIO DE COMUNICAÇÃO	CANAL	ESTRATÉGIAS DE DIVULGAÇÃO E ENVOLVIMENTO
		beneficiários e populações diretamente afetadas.
ASSESSORIA DE IMPRENSA	Meios de comunicação regionais, locais e comunitários, impressos, digitais e rádio.	<p><b>Divulgação e mobilização:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Veiculação de campanhas de divulgação em meios de comunicação regionais, locais e comunitários (contando com carros/moto-som), envio de releases sobre as fases do Projeto, concessão de entrevistas pelas lideranças e referências técnicas, assessoria de imprensa receptiva;</li> </ul>
IMAGENS E VÍDEOS DO PROJETO	Imagens produzidas pela equipe de comunicação das atividades e iniciativas do Projeto.	<p><b>Lei Geral de Proteção de Dados:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Necessário consentimento da pessoa que aparece na imagem, por meio de assinatura de instrumento de Autorização de Uso de Imagem, conforme LGPD;</li> <li>– Necessária autorização e divulgação dos créditos da pessoa que produziu a imagem.</li> </ul> <p><b>Divulgação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– disseminação dos conteúdos dos canais de comunicação.</li> </ul>

#### 4.3. Ações de Engajamento das Partes Interessadas

QUADRO 5. AÇÕES DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

Parte Interessada	Ações de Envolvimento
Secretaria de Estado do Planejamento, do Orçamento e Gestão – SEPLAN	Reuniões periódicas, circulação de materiais de planejamento e registro, relatórios de monitoramento e avaliação. Suporte às ações do Projeto.
Unidade de Gerenciamento do Projeto - UGP	Reuniões periódicas, circulação de materiais de planejamento e registro, relatórios de monitoramento e avaliação. Suporte às ações do Projeto. Divulgação direta, em grupos e listas de transmissão do WhatsApp.

Parte Interessada	Ações de Envolvimento
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar – SEDRAF	Reuniões periódicas, circulação de materiais de planejamento e registro, relatórios de monitoramento e avaliação, eventos de lançamento e apresentação de resultados.
Secretaria de Estado do Turismo – SETUR	Reuniões periódicas, circulação de materiais de planejamento e registro, relatórios de monitoramento e avaliação, eventos de lançamento e apresentação de resultados.
SIN/DER	Reuniões periódicas, circulação de materiais de planejamento e registro, relatórios de monitoramento e avaliação, eventos de lançamento e apresentação de resultados
EMATER	Reuniões periódicas entre as partes oferecendo assistência técnica aos produtores, organizações e cooperativas.
IDIARN	Reuniões periódicas entre as partes para o processo de regularização sanitária dos empreendimentos apoiados.
IDEMA	Atendimento a solicitações e esclarecimentos específicos que podem ser necessários ao longo da execução do Projeto.
FUNAI	Atendimento a solicitações e esclarecimentos específicos que podem ser necessários à implementação do Projeto.
ATER, ATEG, ACA (Agentes Comunitários de Agroecologia)	Prestação de Serviço.
Consórcios Intermunicipais de Inspeção	Disponibilização de informações ( <i>site, newsletter, folders, etc.</i> ).

<b>Parte Interessada</b>	<b>Ações de Envolvimento</b>
Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável e Solidário - CMDS	Disponibilização de informações ( <i>site, newsletter, folders, etc.</i> ); participação em atividades do Projeto nos territórios; participação em capacitações, seminários e eventos.
Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRUS.	Disponibilização de informações ( <i>site, newsletter, folders, etc.</i> ); participação em atividades do Projeto nos territórios; participação em capacitações, seminários e eventos.
Organização das Cooperativas do Estado do RN - OCERN e União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e da Economia solidária – UNICAFES.	Disponibilização de informações ( <i>site, newsletter, folders, etc.</i> ).
Comunidades tradicionais indígenas e quilombolas que terão subprojetos apoiados pelo Projeto.	Participação em reuniões, em capacitações, em atividades diretas dos subprojetos.
Organizações Produtivas.	Disponibilização de informações ( <i>site, newsletter, folders, etc.</i> ); participação em atividades do Projeto nos territórios; e participação em capacitações, seminários e eventos.
Proprietários que terão seus terrenos desapropriados para implantação e restaurações das rodovias.	Mobilização e diálogo direto por meio das equipes executoras. Divulgação direta, em grupos e listas de transmissão do <i>WhatsApp</i> .
População em geral do Estado do Rio Grande do Norte	Consultas públicas, eventos, divulgação de informações sobre o Projeto em site e redes sociais, veiculação na imprensa.

#### **4.4. Ações específicas para grupos vulneráveis**

Para estes grupos, o Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte - Fase II se propõe às seguintes ações:

1. no âmbito da Agricultura Familiar:

- 3 Editais para subprojetos produtivos para acesso a mercados, com pontuação diferenciada;
- Oferecer Assistência Técnica aos Agricultores familiares para possibilitar a inclusão de acesso a mercados e práticas produtivas e climaticamente mais resilientes;
- Consórcios intermunicipais de inspeção sanitárias estruturados que viabilize as vendas dos produtos dos agricultores familiares.

## 2. no âmbito do Turismo

- Realizar capacitações voltadas ao empreendedorismo feminino na atividade turística;
- Combater os efeitos da exploração sexual infanto-juvenil no setor turístico por meio de capacitar profissionais do turismo mais conscientes e multiplicadores;
- Implantar roteiros turísticos de base comunitária;
- Divulgar o turismo regional e de base comunitária em eventos nacionais e internacionais;
- Acesso a territórios/ estradas turísticas melhoradas.

## 3. no âmbito das Estradas

- Acesso a infraestruturas, melhor segurança viária e serviços de transporte para Comunidades indígenas e quilombolas;
- Aumento da atuação das mulheres no mercado de trabalho das estradas (construção civil) em vagas tradicionais e não tradicionais;
- Aumento de mulheres capacitadas (qualificação) para acesso a vagas não tradicionais no setor da engenharia civil;
- Equipe de execução das obras e de supervisão orientadas quanto ao combate da exploração sexual infanto-juvenil;
- 35% das vagas de cursos de Qualificação de agricultores familiares, destinadas às mulheres, os jovens, e os grupos vulneráveis (quilombolas, indígenas e grupos informais).

## 5. RECURSOS E RESPONSABILIDADES

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável e Governança do Rio Grande do Norte refere-se ao Projeto nº ID P502493, celebrado entre o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e o Banco Mundial, no valor de US\$ 180 milhões.

O Mutuário para o empréstimo proposto será o Estado do Rio Grande do Norte, com a República Federativa do Brasil participando como garantidor. A Secretaria de Estado do Planejamento, do Orçamento e Gestão (SEPLAN) será a responsável pela execução do Projeto e controle do desembolso de despesas dentro do valor dos US\$ 180 milhões, tendo as demais Secretarias Setoriais qualificadas como coexecutoras.

### 5.1. Recursos



A SEPLAN será a responsável pela coordenação e execução das atividades institucionais de envolvimento das partes interessadas. As atividades de envolvimento de responsabilidade dos subcomponentes serão executadas pelas respectivas equipes.

## 5.2. Supervisão Técnica, Ambiental e Social de Obras e Serviços

As equipes dos Núcleos Ambiental e Social da UGP serão responsáveis pela supervisão e atendimento às Normas Ambientais e Sociais do Projeto.

Para apoio à execução das atividades de supervisão de obras, está prevista a contratação de empresas de supervisão socioambiental, para garantir que as obras sejam executadas observando o fiel cumprimento dos projetos, normas ambientais e sociais e especificações e demais condições contratuais com acompanhamento das equipes da UGP.

## 5.3. Custos

Os custos necessários para realizar as atividades descritas neste PEPI serão divididos em etapas. Inicialmente, utilizando recursos materiais e humanos já disponíveis.

**Quadro 6- QUADRO DE CUSTOS APROXIMADOS/PRELIMINARES DO PEPI<sup>10</sup>**

CATEGORIAS DE ORÇAMENTO	QUANT	CUSTOS UNITÁRIOS (R\$)	EXECUÇÃO (MESES)	CUSTOS TOTAIS (R\$)	OBSERVAÇÕES
<b>1. SALÁRIOS DOS PROFISSIONAIS</b>					
Consultor/Comunicação	1	7.500,00	72		R\$ 540.000,00
Consultor/Ambiental	1	7.500,00	72		R\$ 540.000,00
Consultor Social	1	7.500,00	72		R\$ 540.000,00
<b>2. EVENTOS</b>					
Organização/realização de atividades com grupos focais – COMPONENTE 1 – Sub. 1.1 e 1.2 <b>Consultas prévias do Projeto</b>	4	9.900,00	-	39.600,00	
Organização/realização de atividades com grupos focais – COMPONENTE 1 – Sub. 1.3 <b>Consultas prévias do Projeto</b>	1	20.970,00	-	20.970,00	Evento realizado pela SETUR, 10/04/24

<sup>10</sup> Os custos estimados para o primeiro ano de implementação do Projeto

Organização/realização de atividades com grupos focais – COMPONENTE 2 – <b>Consultas prévias do Projeto</b>	1	--	1	S/custo	Reunião realizada na Sede do Projeto, 26/04/24
Lançamento do Projeto com partes interessadas	1	20.400,00	1	20.400,00	Público estimado – 300 pessoas * 68 r\$
Organização/realização de atividades com grupos focais para <u>Divulgação de Editais</u> – COMPONENTE 1 – Subcomponente 1.1	1	3.080	1	3.080,00	Deslocamento dos técnicos
Organização/realização de atividades com grupos focais para <u>Divulgação de Editais</u> – COMPONENTE 1 – Subcomponente 1.2	2	4.080	1	8.880,00	Deslocamento dos Técnicos (2) + alimentação/lanche (60)
Organização/realização de atividades com grupos focais <u>Divulgação de Editais</u> – COMPONENTE 1 – Subcomponente 1.3	1	--	--	S/custo	Grupos previamente identificados pela SETUR
Organização/realização de atividades com entidades de ATEG e ACAS para <u>Início de atividades</u> – COMPONENTE 1 – Subcomponente 1.1 e 1.2	1	--	--	S/custo	
Organização/realização de atividades com consultorias contratadas - <u>Início de atividades</u> – COMPONENTE 1 – Subcomponente 1.3	1	--	--	S/custo	
Organização/realização de atividades – COMPONENTE 2 <u>Levantamento das desapropriações – mobilização e sensibilização das partes interessadas</u>	8	720	--	5.760,00	Evento realizado pela equipe Socioambiental/UGP (3 áreas envolvidas)

<b>Deslocamento e diárias</b>					
Organização/realização de atividades de mobilização com Empresas Executoras – <u>Início de obra</u> – COMPONENTE 2	1 p/cada empresa contratada	--	--	S/custo	
<b>3. CAMPANHAS DE COMUNICAÇÃO</b>					
Panfletos	3.000	0,40	--	1.200,	
Cartazes	900	3,00	--	900,00	
Folders	750	1,25	--	750,00	
Criação e veiculação das campanhas de mídia (Redes sociais)	1	-	--	-	Produção da equipe de Comunicação da UGP
<b>4. TREINAMENTO</b>					
Treinamento em questões sociais e ambientais para equipe UGP e contratados	3	--	--	--	Treinamentos realizados pela equipe Socioambiental do projeto
<b>Custos TOTAIS</b>					1.721.460,00
<b>ORÇAMENTO TOTAL DO PEPI*</b>					

\*Em reais (moeda vigente no Brasil)

## 6. PROCEDIMENTOS PARA O RECEBIMENTO E RESPOSTA AOS REGISTROS DE RECLAMAÇÕES, SUGESTÕES E DEMANDAS DE INFORMAÇÕES

Com foco no aperfeiçoamento da gestão de riscos do Projeto, visando a melhoria da eficiência operacional e, por consequência, o alcance de melhores resultados, é indispensável a implementação de procedimentos operacionais de mecanismos de reclamação e acesso à informação do Projeto.

O registro das reclamações, solicitações de informação, sugestões e/ou preocupações de forma eficiente, aliado à fiscalização do cumprimento pelo executor do Projeto das normas socioambientais, permitirá que o monitoramento de riscos seja eficiente, garantindo o devido cumprimento do Plano de Compromisso Ambiental e Social do Projeto (PCAS) e instrumentos ambientais e sociais (MR, MGAS, PEPI).

Desta maneira, seguindo a Norma Ambiental e Social 10 (NAS 10) e a Lei nº 12.527/2011 que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas, a qualquer pessoa, física ou jurídica, o atendimento às demandas de dúvidas, solicitação de informações, queixas e mesmo elogios do Projeto RN Sustentável II será feito a partir do FALE CONOSCO – próprio do acordo de empréstimo –, do E- Sic e do FALA BR, estes dois

últimos que funcionam em rede com todas as ouvidorias das secretarias, autarquias, empresas, fundações e outros órgãos públicos do Estado, ligados à Controladoria Geral do Estado e da União, respectivamente. Além disso, o Projeto irá disponibilizar um número de telefone para *whatsapp* para ampliar o acesso das partes interessadas. (Importante ser via *whats app* para que as informações, bem como solicitações fiquem registradas/documentadas)

Para além dessas ferramentas, existem outras formas de atendimento que também estão apresentadas no Quadro 7, desde o correio eletrônico, redes sociais e contatos presentes na Carta de Serviços e atendimento presencial. Faz-se necessário destacar também os registros que são feitos diretamente aos gestores do Projeto, às empresas executoras ou supervisoras, e mesmo ao Banco Mundial. Estes são identificados e relacionados junto às demandas dos canais oficiais e redes sociais, de acordo com a área e assunto.

Pensamos ainda em adicionar o atendimento via WhatsApp, que pode se dar via mensagens de texto, voz ou vídeo ou mesmo por meio de chamada de voz ou vídeo, que foi uma experiência positiva – e extremamente acessível – na primeira fase do Projeto, especificamente no município de Lucrécia.

Assim como desenvolvido na primeira fase do Projeto, os consultores do Núcleo de Comunicação da UGP/Seplan – setor responsável pelo gerenciamento deste *pool* de ferramentas de atendimento ao cidadão, responderá às demandas registradas, dando a destinação adequada à mesma. Todo conteúdo ficará registrado, organizado e categorizado e será enviado ao Banco Mundial, por meio de relatórios<sup>11</sup>, durante as missões semestrais, subsidiando ainda, tomadas de decisões além de permitir traçar um perfil do beneficiário/cidadão e a alimentação dos relatórios de Progresso (anuais) - documentos importantes da avaliação do cumprimento das normas socioambientais do Banco Mundial.

Os sistemas utilizados para registro de queixas e sugestões deverão priorizar a confidencialidade do cidadão, tanto durante seu desenvolvimento (no caso de sistemas eletrônicos) ou durante uma eventual troca de sistema/plataforma ao longo da implementação do Projeto, para que não haja prejuízo à parte interessada.

A criação de uma cultura de registro de interações caminha de mãos dadas com a transparência e participação da sociedade. Pretende-se, desta forma, estimular esse contato e suas interações utilizando todos os veículos à disposição do Projeto. Essa cultura será transversal a todas as ações do Projeto.

Ao utilizar as plataformas digitais do Projeto - FALE CONOSCO, E-Sic e FALA BR -, onde o próprio cidadão registra sua demanda, seja uma queixa, sugestão ou questionamento, estas são avaliadas pela consultora em Comunicação, responsável pelas ferramentas de acesso à

---

<sup>11</sup> Relatório ao qual chamamos de Transparência Cidadã que é enviado ao Banco Mundial com a consolidação de todas as demandas foi tão exitoso no que se propõe, que o Banco Mundial o reconheceu como um bom modelo de relatório, de boa prática para indicar a outros projetos viabilizados pela instituição.

informação e reclamação do Projeto. A consultora realiza a triagem e discute com os responsáveis de cada área para garantir um atendimento adequado. As queixas que não estejam relacionadas aos investimentos do acordo de empréstimo serão encaminhadas aos órgãos competentes.

Em relação aos prazos, o Núcleo de Comunicação segue o Tempo de Resposta estabelecido pela Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI). Segundo esta lei, os órgãos públicos têm até 20 dias para responder aos pedidos de informação, podendo este prazo ser prorrogado por mais 10 dias em situações excepcionais.

O objetivo desses procedimentos é conscientizar o público sobre o Projeto e seus objetivos, diminuir riscos, fornecer e receber sugestões, práticas e *feedback* aos envolvidos no Projeto, combater a corrupção, e assegurar o devido cumprimento do Plano de Compromisso Ambiental e Social (PCAS) e outros documentos do projeto.

Importante ressaltar que a ferramenta FALE CONOSCO passará por melhorias em sua estrutura para, assim como as ferramentas ligadas às controladorias, permitir incluir anexos como parte das respostas às demandas. Atualmente (1ª fase) faz-se necessário, no caso de enviar documentos e /ou imagens, enviar via email disponibilizado pelo cidadão em sua solicitação.

Assim como na 1ª fase do Projeto, todas as queixas serão tratadas de acordo com a sua tipificação e esfera, seja no âmbito do Projeto ou fora dele. Os tipos de demandas ficam em seções separadas. O demandante poderá descontinuar seu atendimento a qualquer momento independente do teor da queixa.

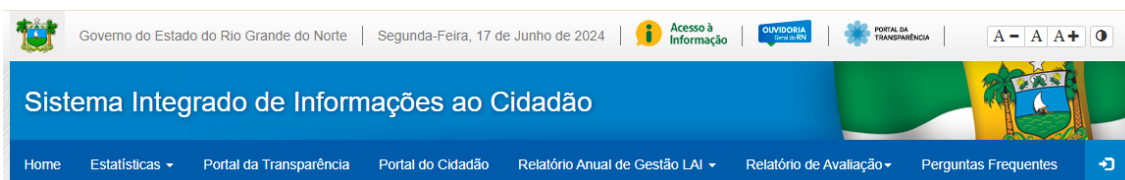
As denúncias relacionadas à exploração, abuso e/ou assédio sexual serão tratadas (unicamente) pela consultora responsável pelas demandas e cuidadosamente tratada pela autoridade competente, encaminhando-a a serviços que estejam aptos a atendê-la e a buscar solução para situação tão delicada.

O demandante mandará seu questionamento e/ou reclamação sendo recebido por esta consultora responsável (e mais nenhum outro servidor ou consultor).

Quanto à questão do anonimato, vamos elencar no rol de melhorias para a ferramenta.

## FALE CONOSCO

The screenshot displays the FALE CONOSCO web interface. At the top, it shows the breadcrumb navigation: 'Principal > Site > Fale Conosco'. Below this, there are two dropdown menus for filtering: 'Listar:' with 'Todos' selected, and 'Classificação:' with 'Todas' selected. Underneath these are four date input fields: 'Data início da mensagem:', 'Data término da mensagem:', 'Data início da resposta:', and 'Data término da resposta:'. At the bottom of the interface, there are three buttons: 'Buscar', 'Imprimir', and 'Excel'.



## FALA BR

Bem-vindo à plataforma integrada de ouvidoria e acesso à informação

Informes:  
 • Você conhece o manual do Fala.BR?



**Quadro 7 - MEIOS DE ACESSO A INFORMAÇÕES E RECEBIMENTO DE DÚVIDAS E RECLAMAÇÕES/ELOGIOS**

MEIO DE RECEBIMENTO	INFORMAÇÕES DO CANAL
Site	Governocidadao.rn.gov.br (vai mudar com a nova fase)
Carta de Serviços	<a href="https://l1nk.dev/TltfG">https://l1nk.dev/TltfG</a>
Correio Eletrônico	<a href="mailto:segri.ouvidoria@gmail.com">segri.ouvidoria@gmail.com</a> <sup>12</sup>
Fale Conosco E-Sic Fala BR	Governocidadao.rn.gov.br/?pg=fale_conosco&projeto=1 <sup>13</sup>  www.sic.rn.gov.br www.falabr.cgu.gov.br
Instagram Facebook Youtube	@projetoGovernocidadao (vai mudar) <u>Projeto Governo Cidadão</u> <u>Projeto Governo Cidadão</u> <sup>14</sup>

<sup>12</sup> Será alterado o email pra o mesmo domínio do Site.

<sup>13</sup> Domínio do Site será alterado para RN Sustentável.

<sup>14</sup> Redes sociais serão alteradas para RN Sustentável II.

**Atendimento  
Presencial**

Centro Administrativo do Estado  
BR 101, Km 0, Lagoa Nova - CEP: 59.064-901 - Natal/RN

**Período de Atendimento: de 2ª a 6ª -feira em horário comercial**

## **7. MONITORAMENTO E DIVULGAÇÃO DO PLANO**

O Projeto prevê em seu Componente 3, atividades de monitoramento e avaliação da implementação e resultados do Projeto. Dentre essas iniciativas está a de monitorar o andamento e avaliar os resultados da implementação do PEPI.

O monitoramento deste plano será feito pelas equipes do Núcleo Social, de Monitoramento e Avaliação e de Comunicação, sob coordenação da Gerência executiva do Projeto e envolvendo os membros de setores chave da UGP. As informações levantadas serão reportadas nos relatórios semestrais, junto às demais informações relacionadas às políticas dos Quadros Ambientais e Sociais do Projeto.

Dentro do processo de monitoramento e avaliação, as partes interessadas serão ouvidas, por meio de coletas de dados primários. Para isso, diferentes estratégias poderão ser utilizadas, tais como: uso de formulários eletrônicos (KoBoToolBox, por exemplo) e pesquisa por mensageiros instantâneos, (whatsapp, por exemplo), além das pesquisas presenciais durante os encontros de presenciais tais como reuniões, capacitações e treinamentos.

Além disso, as manifestações formais realizadas por meio dos canais de queixas e reclamações serão consideradas para os esforços de monitoramento e avaliação do projeto.

### **Indicadores**

Os indicadores para apoiar o processo de monitoramento e avaliação do Plano de Engajamento das Partes Interessadas são desenvolvidos para aferir, sistematicamente, os resultados obtidos em termos do atendimento das demandas das comunidades e as opiniões dos beneficiários diretos, incluindo a avaliação do PEPI. A seguir, os indicadores para monitoramento do PEPI:

- Percentual de representação nos momentos presenciais previstos no plano (instituições);
- Percentual de participação nos momentos presenciais previstos no plano (pessoas);
- Tempo médio de resposta do projeto; e
- Taxa de reclamações e solicitações de informações devidamente respondidas e relatada.

Tais indicadores serão medidos e reportados semestralmente por meio de Relatórios de Progresso, incluindo dados desagregados por grupos específicos e vulneráveis.

### **Divulgação**

As partes interessadas serão mantidas informadas na medida do desenvolvimento do Projeto, incluindo informações sobre o desempenho social e ambiental, a implementação do PEPI, e a operação dos mecanismos de acesso a informações e de queixas.

Relatórios semestrais serão preparados pela equipe da Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP) sobre a implementação das atividades previstas no PEPI. Os relatórios conterão informações sobre as atividades de divulgação de informações e engajamento de partes interessadas, número e o teor das interlocuções realizadas por meio de todos os

canais especificados neste documento. Quando pertinentes, conterão dos resultados das avaliações realizadas

Os relatórios serão divulgados às partes interessadas e à população em geral por meio dos canais de comunicação do Projeto (por exemplo, no site).

## 8. ANEXOS:

### ANEXO 1 RESUMO DAS CONSULTAS PÚBLICAS.

As reuniões para consulta, divulgação e socialização do Projeto RN Sustentável II junto às partes interessadas iniciaram-se com um diálogo construtivo com as Unidades Executoras Setoriais - UES, divulgação das informações acerca das obras e intervenções propostas e divulgação dos documentos socioambientais preparados pela Equipe Socioambiental do Projeto e disponibilizados na íntegra, para consulta, no site do Projeto.

Não foram identificados, anteriormente à realização das consultas, alguma parte interessada que tivesse dificuldades de acessibilidade, como deficiências sensoriais, baixa alfabetização, acesso precário aos canais de comunicação, dentre outros, para os quais o Projeto tomaria todas as medidas para mitigar e garantir a participação da parte interessada à consulta.

O trabalho seguiu da seguinte forma: primeiramente foram publicados no site do Projeto, os instrumentos socioambientais: Marco de Gestão Ambiental e Social – MGAS; Plano de Compromisso Ambiental e Social – PCAS; Marco da Política de Reassentamento Involuntário – MPRI e o Plano de Envolvimento das Partes Interessadas – PEPI. Também foi divulgada a forma de Consulta Virtual, a data e a hora das reuniões presenciais e um resumo dos objetivos do Projeto.

Em seguida, foram enviados convites a autoridades e grupos de interesse identificados previamente, tais como: Agentes de Desenvolvimento Territoriais, Conselhos, Sindicatos, lideranças comunitárias, ONGs, todos atuantes nas áreas de abrangência do Projeto, na tentativa de garantir a representatividade, bem como de perceber a perspectiva dos atores sociais afetados e/ou interessados no Projeto. Buscou-se assegurar que todos os canais de comunicação e consulta contemplassem as diferentes categorias que estão envolvidas com os impactos positivos e negativos do Projeto.

A UGP e as UES utilizaram grupos de WhatsApp consolidados e criados para ações dessa natureza e e-mails para envio de convites. As categorias de chamadas praticadas para a consulta foram iniciadas com antecedência de 15 dias da realização.

Seguindo metodologia traçada pela UGP, iniciada as atividades, seguiu as etapas abaixo, desenvolvidas ao longo de 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos:

- (a) Abertura e introdução no contexto das ações estaduais;
- (b) Apresentação do Projeto, seus componentes e subcomponentes;
- (c) Apresentação dos aspectos socioambientais; e



(d) Abertura de espaço de diálogo para interação com os participantes sobre suas considerações, dúvidas, recomendações e/ou reclamações a respeito das intervenções e dos aspectos socioambientais do Projeto.

A etapa relacionada no item (a) ficou a cargo do então Secretário da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar do RN, Alexandre Lima, que após dar boas-vindas e agradecer a presença de todas e todos, manifestou a satisfação em realizar o evento em parceria com Seplan e Setur. Em seguida, o mesmo fez um breve resumo das demandas do Estado que culminaram na elaboração da Segunda Fase do Projeto de Desenvolvimento Sustentável do RN, Projeto RN Sustentável II.

O secretário informou que para o Projeto RN Sustentável II, o volume de recurso é menor e a estratégia é fortalecer os investimentos da primeira etapa que será uma continuidade com inovações.

Destacou que o Projeto tem forte característica de inclusão social, resultando daí sua grande importância para os beneficiários dos programas de transferência de renda do Estado e pessoas elegíveis para receber os empreendimentos financiados com recursos do Projeto. O Secretário concluiu sua fala abrindo os trabalhos e, oportunamente, solicitando ao público contribuição com o debate apresentando sugestões, avaliação e discussão da proposta em elaboração.

No que cabe ao item (b), o trabalho foi conduzido pelo Coordenador da Sedraf, Emerson Cenzi que iniciou sua exposição destacando os objetivos específicos do Projeto e, tendo ainda, detalhado os componentes e subcomponentes, relacionando-os às entidades coexecutoras das ações finalísticas do Projeto.

Em seguida, foram apresentados os principais riscos e impactos ambientais e sociais do Projeto, juntamente com suas respectivas ações mitigadoras e de controle, além dos impactos positivos que o Projeto pretende alcançar.

Durante o evento foi constantemente reforçado que os instrumentos socioambientais (PEPI, PCAS, MGAS e o MPRI) estão disponíveis no site do Projeto, para a consulta completa dessas informações. Além disso, também foi destacado que para a etapa 2 do Projeto será utilizado como mecanismos de atendimento a queixas e reclamações os canais já existentes (Etapa 1).

Como um mecanismo de deliberação, a equipe do Projeto reservou quase metade da sua duração para a participação da sociedade civil, a exemplo das associações, movimentos sociais, sindicatos, etc.

Nesses momentos, nas diversas reuniões ocorridas, especialmente na reunião com os movimentos sociais, surgiram questionamentos e sugestões sobre: Investimento na certificação da base produtiva; Sugestão de Capacitação em Tecnologia da Informação; O papel das assistências técnicas pós investimentos; investimento de agroindústria territorial para abarcar os pequenos empreendimentos; Necessidade de ações estratégicas para o fortalecimento da Emater; Como se dará a participação das associações e dos Conselhos Municipais e críticas sobre o volume de recursos investidos em estradas em detrimento da agricultura familiar.

A partir disso, foi aproveitado o momento para esclarecer quais serão as estratégias de mobilização e engajamento dos beneficiários. A equipe do Projeto, esclareceu que a

sociedade civil é uma importante aliada do Projeto, não apenas como beneficiária, mas como um agente mobilizador, ao identificar a população que está dentro do perfil dos programas sociais. Além disso, foi dito que os critérios para participação dos subprojetos serão divulgados amplamente nos municípios, especialmente, por meio da mídia local, rádios e tvs, de forma que a população fique ciente de como ocorrerá o Projeto.

Continuando, foi colocado que a participação dos Conselhos municipais está garantida, da mesma forma da etapa 1 do Projeto, para análise de elegibilidade das manifestações de interesse. Quanto aos cursos de capacitação, foi respondido que os mesmos já foram previamente definidos em diversas modalidades durante a preparação do projeto sendo a capacitação em tecnologia da informação contemplada dentro da inclusão produtiva e no subcomponente 1.3.

O Projeto não contempla, neste momento, investimento na certificação da base produtiva.

No que tange às críticas sobre o volume de recursos investidos em estradas em detrimento da agricultura familiar, secretário Alexandre explicou que o Projeto anunciado é uma decisão do Governo que optou pelo formato apresentado, no entanto informou que outras fontes de recursos estão sendo viabilizadas pela SEDRAF com vistas ao fortalecimento da Agricultura do RN.

Sobre o papel das assistências técnicas pós investimentos foi respondido que a atuação das ATR's estão previstas durante a execução do Projeto. Quanto à necessidade de ações estratégicas para o fortalecimento da Emater foi informado que será constituído, no âmbito da Emater/Sedraf, o Núcleo Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural Especializada, dentro da estratégia do Programa Mais Mercados, que irá agregar técnicos especializados da instituição, assim como profissionais especialistas contratados nos arranjos produtivos priorizados – apicultura, fruticultura, cotinocultura, leite e derivados, e proteína animal, com ênfase em produção dos sistemas agroecológicos e acesso aos mercados. Durante a fase 1 do Projeto, houve investimento em equipamentos e capacitações.

Outras sugestões puderam ser feitas por meio da Consulta Virtual disponibilizado no site e nas redes sociais do Projeto e amplamente divulgada pelas demais Unidades Executoras (UES) do Projeto de forma a atingir o público alvo.

Relativamente ao processo de divulgação da Consulta Pública Virtual empreendido, registra-se que, apesar de disponibilizada no período de 20 de maio a 13 de junho, não houve nenhum comentário nesta modalidade, portanto, registrados estão aqueles realizados nas reuniões presenciais.

O processo de consulta foi conduzido de maneira transparente e equitativa, garantindo um espaço de fala livre, permitindo que os atores consultados pudessem, inclusive, se opor ao Projeto e não somente apresentar suas discordâncias pontuais e sugestões de soluções para mitigação de impactos.

Nesse sentido, cabe anotar que os conteúdos apresentados pela equipe do Projeto, contribuíram para que os participantes dirimissem as dúvidas existentes acerca do processo de preparação do Projeto RN Sustentável II até o momento. É relevante destacar que, as discussões que ocorreram durante as consultas não acarretaram nenhuma alteração ou modificação dos documentos socioambientais do Projeto.

Considerando que a mobilização teve foco nas entidades da sociedade civil, a participação das partes interessadas se revela bastante significativa do ponto de vista qualitativo, haja vista a presença preponderante de representantes de tais instituições.

No tocante às obras rodoviárias do Projeto, a Audiência Pública está prevista para o segundo semestre de 2024 e será um marco para informação à população e representantes políticos e comunitários sobre a obra e iniciar, as deliberações referentes às condições e as demandas decorrentes das obras das estradas. Após a audiência pública, serão realizadas as tratativas individuais com assinatura dos acordos sem coação e nem vícios de qualquer natureza. Durante todo o processo, o Projeto manterá canal de comunicação social com as famílias afetadas de forma clara, transparente e objetiva.

**ANEXO 2.** Registro fotográfico dos encontros realizados para engajamento das partes interessadas pode ser acessado pelo link:

[https://docs.google.com/document/d/1CFU7sm162MYA\\_9Efl1DDVifw0GvgU4K-/edit?usp=drive\\_link&oid=103313324496436352044&rtpof=true&sd=true](https://docs.google.com/document/d/1CFU7sm162MYA_9Efl1DDVifw0GvgU4K-/edit?usp=drive_link&oid=103313324496436352044&rtpof=true&sd=true)

**ANEXO 3.** Apresentação UGP a ser anexada, após juntar PDF.

